

*Contributos para pensar a pesquisa  
arqueológica como vivência criativa  
tendo como pano de fundo o problema da interpretação  
de arquiteturas, espaços e territórios pré-históricos*

VÍTOR OLIVEIRA JORGE \*

*Ao Gonçalo Leite Velho, com amizade e consideração,  
na sequência de uma reunião na casa do Porto em Maio de 2004,  
e em nome da criação de uma “filosofia de equipa”,  
sem a qual não há partilha, nem verdadeiro projecto comum*

**Abstract** – This paper is an essay about what means to the author his own research activity as an archaeologist, as someone who tries to keep attentive to the issues and problems of our contemporary society. Also, it focuses on the nature/culture dichotomy and on the consequences it has had to the interpretation of prehistoric communities and their organization of space and place. Finally, some questions about the interpretation of prehistoric monuments are discussed – in particular, the Iberian Copper Age architectures traditionally considered as “hill-top fortified settlements”. It is obvious, in this case, that we need to interpret them at the light of recent researches carried out all over Europe about the diversity and complexity of the organization of space and its role in the constitution and history of past societies.

*Conversa entre um menino e a mãe, no momento em que um amigo de brincadeiras da sua idade vai a sepultar, após ter sofrido um acidente:  
“– ó mãe, quando eu morrer, para onde vai o meu corpo?”*

---

\* Professor catedrático de nomeação definitiva (desde 1990). Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CEAUCP (FCT).  
E-mail: vojsj@sapo.pt

“– o teu corpo vai para dentro da terra, como o daquele menino que ali está.”  
 “– e a minha alma, mãe, para onde vai?”  
 “– a tua alma vai para o céu.”  
 “– está bem, está bem, já sei, mas eu, eu para onde é que vou?”

Contada por Frei Bento Domingues, num fórum organizado pelo ISEP,  
 em 21.5.2004.

“Não admira, pois, que, como refere Karl Popper, a filosofia ocidental ao longo da sua história não tenha feito outra coisa senão tecer “variações sobre o tema do dualismo do corpo e da mente.”

Anselmo Borges,  
 em nota de apresentação do livro de Pedro Laín Entralgo, 2003, p. 8.

“Mas ouve lá, o que tu fazes, é ciência?!”

Pergunta feita há cerca de uma década por um velho amigo meu de liceu, hoje cientista reconhecido na área da inteligência artificial

“(…) Fazer exames é saber imensas coisas e ser capaz de resolver um problema numa situação de pressão, ao passo que fazer investigação é exactamente o oposto: é arranjar o problema, muito mais do que resolvê-lo. (...)”

“(…) É um vaivém entre arranjar um problema e tentar resolvê-lo. Às vezes, arranja-se um problema que não se consegue resolver e muda-se o problema para um problema que se consegue resolver. É uma situação aceitável em investigação. E depois não há constrangimentos de tempo. É mais uma questão de automotivação.”

“(…) Há um buraco negro na criatividade científica em Portugal. A maior parte das pessoas que decidem a ciência nunca fizeram ciência e têm medo das pessoas que fazem ciência.”

João Magueijo,  
 físico português trabalhando em Londres, em entrevista à revista “Pública”,  
 20.6.2004, pp. 28 e 30.

“(…) a ciência não trata de fenómenos que “ocorrem naturalmente”, mas ela produz os seus próprios factos e provas através da mediação de aparatos técnicos e de modelos matemáticos altamente complexos.”

“Havemos de nos restringir a descrições etnográficas infundas de “cosmologias” locais, ou deveremos procurar tendências ou padrões gerais que nos permitiriam posicionar diferentes concepções émicas da natureza adentro de um quadro analítico unificado?”

Descola & Pálsson, 1996, pp. 8 e 15, respectivamente  
 (pede-se aos arqueólogos e outros “cientistas sociais” que transponham a questão para o seu campo)

“(…) a menos que alguém faça um estudo de conjunto particularmente longo e delicado, é impossível avançar uma tipologia funcional simples destes monumentos.”  
 (refere-se aos “recintos neolíticos”)

Daniel Mordant, in Mohen (dir. de), 1989, p. 130

“O habitat fortificado diferencia-se do habitat dito “aberto” pela presença de uma estrutura solidamente construída, em função da morfologia do terreno, para isolar e proteger uma

*parte de um território. É nesta superfície fechada que o habitat é implantado. A construção, paliçada e/ou muralha, simples ou múltipla, pode ser precedida, ou não, de um ou vários fossos. É por hábito que falamos de “habitats fortificados”, mas seria sem dúvida mais conveniente designá-los “habitats delimitados” ou “fechados”.*

*Com efeito, o papel da estrutura que os isola não é sempre realmente defensivo. Esta estrutura parece mais, em numerosos casos, ter sido construída para afirmar um limite de propriedade ou de ocupação do solo.”*

J.-P. Nicolardot, in Mohen (dir. de), 1989, p. 134

## 1. Introdução: por uma ética da pesquisa

Advertência prévia ao leitor: este texto pretende ser um ensaio (incompletíssimo, como todos os ensaios) de “imaginação” – científica, se quiserem atribuir-lhe esse prestigioso epíteto – possibilitada por algumas décadas de vivência de arqueologia de campo, de gabinete, e de escrita. A maior parte das observações em que assenta não pode ser aqui trazida à colação, para tal permitindo-me remeter para a bibliografia que publiquei anteriormente. Essa é uma das vantagens da idade: não para uma pessoa se servir dela como argumento de autoridade, mas para sim para exercer a liberdade de poder reportar para resultados publicitados anteriormente – e validados nos círculos instituídos para tal –, como forma de tentar ir directamente ao que pode ser o mais essencial.

Tentar produzir um sentido para a vida e, nela, para o ramo da pesquisa que, de certo modo, a cada um de nós nos coube em sorte – eis um desafio inescapável, e no meu caso a razão de ser de toda uma trajectória, de todo um estilo, que se conforma a regras de verificabilidade, de auto-correcção constante, mas não se compadece com regras e processos inibidores da criatividade, com fórmulas gastas que em nome da ciência, da objectividade e da racionalidade nada mais fazem do que as negar, lacando-as num pensamento das evidências ingénuas.

Não se trata de uma questão profissional, de trabalho, ou de afirmação pessoal. Nem sequer se trata de uma opção, de uma escolha – mas sim de uma elementar necessidade básica, ôntica, constitutiva do ser, indispensável como a acção de respirar ou o sentimento de ter uma esperança.

*Pensar* – como um acto de auto-revelação, e não apenas como uma actividade de constatação e acumulação – e, através dessa actividade envolvente, unir, tentar *religar* (ou ter a ilusão disso, pois num certo sentido vai dar ao mesmo, uma vez que o que importa são os resultados deste posicionamento) as várias facetas da nossa vivência numa certa harmonia, que implica avanços e recuos, acelerações e paragens, e que, tal como uma das “suites” para violoncelo solo de Bach (das obras mais sufocantemente belas que jamais se concebeu) poderia continuar sempre, numa espécie de êxtase ou de embriaguês sem fim. Suprema promessa!

Este apelo é o da *criatividade*, qualidade que, depois de vivermos algumas décadas, e de termos assistido a tantas pessoas promissoras que, de um modo ou de outro, nos des-iludiram (enquanto, felizmente e em compensação, outras nos vão

surpreendendo), nos assalta com uma evidência avassaladora, como um desejo final.

Afinal, essa capacidade é muito rara, e aqueles que possuem qualquer forma desse “dom” têm talvez uma obrigação mínima, que é a de o partilharem com os outros. Não apenas pelo “agora” – só vive *agora* quem vive mediocrementemente – mas sobretudo pelo que nesse “presente” se projecta já de futuro, de felicidade antecipadamente saboreada, não somente por cada um de nós –isso é pouco –mas pelo *espaço público* em que lançamos o nosso labor e o vemos frutificar no pensamento e na vivência dos outros, mesmo quando injustamente nos confrontam, nos desentendem, ou procuram obstaculizar a nossa progressão. Infelizes, porque desconhecem quão vãs são essas tristes tentativas. O que fica escrito será retrabalhado por outros, e já não nos pertence, nem pode ser avidamente possuído privadamente por alguém. A acção criativa, estimuladora, mantém-se incólume como esperança última de um sentido de vida – ou seja, como uma forma de encarar a inevitabilidade da morte e, de frente para o incógnito, para as paisagens imensas que o sublime desdobra, e onde o medo perde sentido, declarar: A ti, universo, aquele que vai morrer te saúda.

Pensar os espaços e territórios da pré-história, é isso possível, e, no caso de o ser, para que serve? Em que condições epistemológico-metodológicas se pode inovar nesse domínio, pelo menos em Portugal?

Este artigo visa reflectir sobre isso, partindo do princípio de que *a maior parte das ideias interessantes, neste como noutros campos, vêm de fora desta área específica*, bem como a maior parte das conclusões, ou sugestões estimulantes, são úteis para outros campos do saber. Não há compartimentos estanques, a não ser por vontade de alguns (?) dos que controlam, ou mantêm (quanto mais não seja pela passividade) o sistema de produção, publicitação, circulação e aplicação dos conhecimentos (produtos, se quiserem) científicos.

De facto, quando a nossa mente se não deixa encerrar no próprio “apartado” (ou ultra-especializado domínio) que criou, cedo ou tarde descobrimos que os problemas a que nos dedicamos são sub-problemas de outros mais amplos, situados a uma escala maior.

E, sem termos ideia de como eles se cartografam a esta escala maior (num processo de “zooms” e de distanciamos alternativos e constantes), nunca perceberemos de facto o papel que ocupamos no conjunto do jogo que a vida e as opções que fizemos nos puseram a jogar.

É por não saberem ainda fazer isso que muitos jovens se sentem (como nós, os da minha geração, na idade deles) a vogar em pleno nevoeiro, sem sequer saberem se as interrogações que formulam têm sentido – não as sabem posicionar, ou seja, não conseguem transformar interrogações em estratégias de procura. Ficam (temporariamente) bloqueados, sem programa, fonte de angústia (ansiedade, depressão, etc.) para um ser como nós que faz da intencionalidade interrogativa um dos seus principais (se não o principal) “modos de estar”. Tranquilizem-se: sem sofrimento (tal como sem prazer, é claro!) não há amadurecimento, isto é, não há vida nem história. *Não se pode fazer a economia do esforço*, se se quer chegar a algum ponto de observação interessante.

Claro que isto de problemas e sub-problemas parece apontar para uma perspectiva hierárquica dos saberes, uns mais abrangentes do que outros, que era de certo modo a que eu tinha nos fins dos anos 60, e que acabou por se plasmar num trabalho publicado em 1970, sobre a “paleo-antropologia cultural” (o qual, na sua modéstia, e se não estou errado, foi o primeiro estudo dado à estampa, por um arqueólogo português da nossa época, sobre questões de “teoria”).

Hoje a minha visão é muito mais “horizontal”, inspirando-se na realidade e no pensamento das “redes”, em que (redes e pensamento nelas inspirado), para bem e para mal, estamos mergulhados. Ou seja, qualquer mini-problema em que peguemos está potencialmente conectado com todos os outros, desde que sejamos capazes de fazer essa *comutação*, desde que saibamos partir desse “nó” para outros, através de fios que se estão permanentemente tecendo e destecendo. Comutação, palavra-chave do processo de “virtualização” (permanente deambulação, abertura de janelas para outras janelas, num processo infinito) do conhecimento contemporâneo – que mais não é do que a formalização do processo de conhecimento “tout court”.

Não é tanto a questão a, b, ou c, que é mais ou menos generalizável, ou importante, ou significativa, isto é, que se encontra de per si a uma escala x, y ou z. Não tenho essa perspectiva ontológica, essencialista. É a *posição temporária* que a questão ocupa na rede que lhe confere maior ou menor potencialidade de generalização. Por isso, estar “in” ou estar “out” é menos uma questão de conteúdo, do que de comportamento (diria de agilidade de comportamento interrogativo, problematizante), ou, se quiserem, de posicionamento ágil num campo de jogo.

Qualquer temática é boa para observar a paisagem actual do conhecimento – desde que a “varanda” de onde o observemos tenha múltiplas passagens (janelas) para (potencialmente) todas as outras “varandas” concebíveis. E portanto desde que cada um de nós não esteja sozinho, mas antes ele próprio comutado com um intercâmbio “on line” de parceiros.

Mais do que no Paleolítico, ou numa sociedade de caçadores-recolectores, hoje, um homem (ou mulher) só (info-excluído) é um homem morto. A cada momento que passa, a “erosão da criatividade” que o ensimesmamento provoca tem custos brutais: o que era interessante agora, pode já não ser depois; o que era interessante, se comunicado, pode ser inútil, ou mesmo nefasto, se não comunicado. Isto não aponta para qualquer “tirania da comunicação” – apenas sublinha, de forma esquemática e sintética, que, na época em que vivemos, o capital simbólico atrai capital simbólico, ou seja, a valor de um pensamento e de um ser pensante depende de uma rede relacional com quem está em contacto (ver “Les Relations Interpersonnelles”, dossier da revista “Sciences Humaines” de Junho de 2004, nº 150, p. 27).

Mas também é óbvio que há campos do conhecimento em que se estão a dar passos muito importantes para o pensamento do “pré-historiador”, e que este não pode ignorar se quiser chegar a entrever algum panorama minimamente sugestivo, sedutor, isto é, motivador da pesquisa. Demos alguns exemplos.

Um deles é o problema do cérebro, da mente, da cognição, e a questão de se saber se optamos por um monismo ou por um dualismo no que toca à ditocomia

tradicional corpo-alma. Cada uma das posições tem variantes, e há autores que também aqui, como seria de esperar, propõem “uma terceira via”.

Outra questão, articulada com essa, é a das continuidades-descontinuidades que o ser humano actual – digamos, desde que todos somos incluíveis na sub-espécie *Homo sapiens sapiens* – apresenta em relação com os hominídeos seus antecessores.

Finalmente, e de forma muito abreviada, é a questão de como aquilo que hoje designamos “espaço” tem sido conceptualizado pelas diferentes comunidades de seres humanos desde, pelo menos, há 40.000 anos a esta parte.

Dir-me-ão os adeptos do empirismo chão que o arqueólogo “escava” coisas, não ideias. Que quando muito pode atingir grandes padrões ou plausibilidades. E eu responderei que o que nos compete, hoje, é dar passos em frente, e não querer chegar já ao fundo de um horizonte de certezas que, como diz o povo, “só a Deus pertencem”. Sejam ambiciosos, mas não tanto.

De facto, se na história da nossa própria cultura “ocidental” (isto é, desde os gregos, incluindo tudo o que estes herdaram do Próximo Oriente) – à qual alguns chamam “acidental” para lembrar o arbitrário de tal categorização – o “espaço” foi concebido de forma tão diversificada ao longo do tempo; e se noutras culturas a diversidade de representações detectável ainda é maior, como poderemos encontrar modos operacionais de compreender as formas possíveis de fabricar e de pensar o “espaço pré-histórico” pelos nossos antepassados? Eu diria desde já que é descartando todas as explicações demasiado simples que têm sido aventadas que podemos dar passos em frente, acompanhados de muitos outros investigadores.

Está o leitor a ver a imbricação de todos os problemas entre si, a complexidade que é hoje trabalhar em qualquer domínio, porque ele arrasta todos os outros, a necessidade de uma “cultura de rede”, interdisciplinar e ágil, imaginativa mas sempre realista, porque movida por objectivos científicos?...

A importância estratégica de uma “cultura geral” é óbvia, não no sentido de uma cultura enciclopédica, mas de um comportamento mental baseado na conexão exploratória do ainda não relacionado entre si, na permanente experimentação de novos pontos de vista, na capacidade de focar e desfocar, de nos tentarmos pôr no olhar do(s) outro(s), etc., etc?

Não se está a falar de “mais do mesmo”, mas de uma nova “episteme”, um novo ambiente de trabalho, intimamente articulado com as chamadas “novas tecnologias”, que nos confere uma imensa liberdade, com a correspondente responsabilidade de nos sabermos orientar nessa cartografia muito mais complexa. Ou seja, de transportarmos para esse ambiente, que nos facilita muitas tarefas (criando em bastantes pessoas o facilitismo da superficialidade), o pensamento complexo da ciência e da filosofia, que é sempre o da pergunta, o da incompletude, o da insatisfação.

Percebe-se facilmente a lucidez intuitiva, pragmática e prudente, daquele que diz, numa posição de defesa, que gosta de se ater à sua área de trabalho, à sua esfera de competência, àquilo que lhe ensinaram (e aprendeu) a fazer bem. Está no seu perfeito direito. Mais vale ambição pequena, e qualidade, do que o contrário, pois a resultante então é inútil, é puro ruído. Mas também se arrisca a um duplo enviezamento: o de

considerar os que se atrevem a visões mais abrangentes como meros aventureiros superficiais (nunca se está suficientemente preparado para tais “aventuras”), e o de considerar (mesmo que sub-conscientemente) que, sobre as questões mais abrangentes, a sua intuição vivencial, sensitiva, experiencial, chega. Obviamente não é verdade, embora seja uma ideia muito arraigada no quotidiano. Aqui o “prudente” comete grave imprudência, e perde pontos em inteligência. A sua própria postura de acantonamento impede-o de pensar, de forma credível, a cultura contemporânea: está “out”.

É bem conhecida a “vocação opinativa” do senso comum espontâneo, sobretudo no que às questões humanas e sociais diz respeito; sabemos como ela atinge tão flagrantemente certos estudantes de “letras”, que já vêm crescentemente do ensino secundário com a postura de que sobre tudo podem opinar, mesmo sem terem lido ou reflectido anteriormente sobre os assuntos (refiro-me à reflexão induzida pela leitura, pelo estudo, porque de informações “correntes” os estudantes não estão hoje carecidos). Opinar – direito democrático de cada cidadão “racional” – é algo que se pode sempre, obviamente, fazer, mas (à excepção do direito universal, formal, de votar secretamente) o valor da “opinião” de cada um (seja lá qual for o auditório que o valide em primeira instância) é proporcional à informação em que se apoia, capaz de o validar em instâncias segundas e terceiras.

Ou seja, ou se trabalha arduamente, ou as nossas intuições, até quando vivencialmente ou esteticamente muito interessantes, de nada valem no campo científico em que nos procuramos situar, *cada vez mais exigente à medida que se abre a um cada vez maior número de candidatos* e a um pensamento mais relacional.

Que o ar “blasé” de certos professores não engane – por detrás daquelas pessoas está uma vida de trabalho, ou melhor, está uma vivência onde a dicotomia trabalho-lazer, em que nos querem encerrar, não tem sentido. Trata-se de fazer da vida um trabalho e deste uma vivência – na medida do possível, proporcionadora de felicidade – e portanto onde a interrogatividade, a procura, a inconclusão estão sempre presentes. Ou seja, a conclusão é sempre, não um fim em si, mas uma plataforma para uma nova procura, sendo que as várias “procuras” se encadeiam umas nas outras com certa “lógica” (meta-estratégia), e não são, nem devem ser, derivas de uma atitude “topa a tudo” superficial e desarticulada.

Este texto situa-se na linha de “ensaios” anteriores, nos quais – conjugando a minha experiência de “arqueólogo de campo”, de professor que, por dever de ofício, tem de estar aberto a uma grande pluralidade de matérias, e de pessoa que tenta pensar as questões do homem e da sociedade com base numa leitura e auto-aprendizagem em larga medida autodidácticas – procuro transmitir a outros algumas *intuições* que, se partilhadas, podem ser discutidas, permitindo ajudar a formar uma “escola” nova.

Por “escola” – da qual não me vislumbro como líder, mas como mero elemento, por vezes, sem dúvida, servindo (ou tendo servido) de “motor de arranque”, mas sempre numa perspectiva mais horizontal de relações “inter pares” – entendo uma equipa, um espaço de diálogo, uma rede de debate constante entre pessoas que percebem que, como disse, isoladamente ou em pequenos grupos, não se chega a nada de interessante. Pelo contrário: desenvolvem-se “quistos” mentais de todo o tipo (ou ghettos onde

cada um encontra a legitimação entre “discípulos” seguidistas), os quais podem vir a revelar-se auto-destrutivos. Essa “equipa”, por mais ampla que seja, deve ser porosa em relação ao exterior, e estar assim em mutação constante, como um organismo vivo.

Estou convencido de que o rompimento da arqueologia e da pré-história com o seu discurso fechado tradicional, permitirá que não especialistas entrem em debate conosco, sejam eles alunos, ou colegas de outras disciplinas, ou estudiosos de diferentes matérias (especialistas da generalidade, como dizia um amigo meu). O nosso estatuto melhorará, e com ele a capacidade de entrar em redes de diálogo que a todos beneficiarão.

Como disse alguém, a *atitude de diálogo* é já de si benéfica, “versus” uma posição de dogmatismo, que visa chegar a conclusões imediatas, ou consensos, enquanto o diálogo aponta para posteriores “partidas em várias direcções”, fomentando a pesquisa, a novidade nova, e não apenas a novidade de fachada, instrumental, reciclagem do “déjà vu” e talvez do pior dos conservadorismos, o que chamaria “sportif” – o que usa a face, a aparência, do novo, para perpetuar o desejo antigo de se impor, de discriminar, de eliminar ou invisibilizar o outro.

Parece que cada vez mais assistimos, hoje, à tendencial tecnocratização do nosso “ensino superior”, numa aliança táctica (extremamente gravosa daquela atitude de pergunta, de abertura, porque podendo caminhar para formas autoritárias “high tech”), entre elementos e indivíduos díspares que podem vir dos mais diferentes ramos do saber.

Nenhum deles se terá realizado no seu próprio campo científico original – e em nome da mobilidade, da “modernização”, da auto-reciclagem, tornaram-se nalguns casos administrativos (aos mais diversos níveis), ou gestores, ou criadores de novos cursos, enfim, queimadores de etapas, políticos profissionais, hábeis “dribladores” sociais, voluntariosos estrategas que visam sobretudo atingir notoriedade, sem passar pela *temporalidade própria da pesquisa*, que é – sempre foi e sempre será – a da concentração, do aprofundamento, do estudo, da dúvida, do teste repetido, do debate, da auto-reflexibilidade, do pôr-se em causa constante, da abertura, do nunca dar por concluído um projecto verdadeiramente mobilizador, mas saber *passá-lo* a outros, etc.

E vemos com inquietação como até alguns nostálgicos do Estado planificado e do “socialismo real”, na altura convencidos de que o marxismo tinha cientificamente descoberto as “leis da história”, se adaptam agora como peixe na água a esta nova tecnocracia, endeusando a “ciência” (como se a simples palavra certificasse qualidade, e como se esta actividade não fosse uma actividade humana como qualquer outra, baseada em última análise em pre-supostos, axiomas, crenças).

Esta cegueira, ou nova esperteza, baseia-se na nostalgia monista de um mundo sem descontinuidades, fluido (tal como é fluida a ideologia que é o “caldo de cultura” destas pessoas), e na ilusão de que a simples comunicação, ou armanejamento/partilha de informação, resolve (ou pelos menos “facilita tanto” que se torna utopia...) tudo “per se”.

Mas, pergunto, comunicação de quê? Informação sobre quê? Qual é o repto, a questão, o problema em causa? Qual a rede de conceitos, o questionamento? Ou

será que o projecto de pôr tudo em rede, de agilizar a comunicação, é só para facilitar o controlo e pôr todos a seguir “dictats” vindos “de cima”, apenas formalmente legitimados, e tanto mais óbvios quanto eficazes?...

Trata-se de uma tecnologia da libertação, ou da opressão? Visa a proliferação de diferenças, ou a criação de consensos fáceis, quer dizer, de obediências cegas? Não se trata, aqui, de defender a rebeldia como atitude estética-política (de tipo “nostalgia Maio 68”), trata-se de pensar que o espírito crítico é inalienável, e de que a heterogeneidade – mesmo a dos inadaptados às novas tecnologias, rotulados de info-excluídos – é em si mesma um valor.

Desde que os “inadaptados” continuem a escrever coisas inteligentes com caneta de tinta permanente, ou até prefiram utilizar a velha pena de pato, com que a humanidade escreveu algumas das suas obras-primas que nos maravilham, passados séculos... tudo bem. A tecnologia é sempre um meio – condicionador, é certo, como nós arqueólogos tão bem sabemos, de toda a “episteme” em que nos movemos – e não um fim em si, porque com a mais moderna tecnologia cometeram-se os mais horrendos crimes de todos os tempos e, ao mesmo tempo, salvaram-se milhões de vidas.

Temos todos de, se possível, e ao menos, fazer um *esforço para nos adaptarmos à tecnologia actual, por forma a não a deixarmos nas mãos dos superficiais de todos os matizes, porque esse monopólio será grave e conduzirá a formas de fascismo e de “pensamento único” ultra-sofisticadas*, precisamente porque disfarçadas em eficácia, lazer, acesso a “informação”, utilidade pública, etc, como nova forma de arregimentação dos espíritos.

Trata-se portanto, pelo menos no meu caso concreto, de uma questão política (será preciso dizer que utilizo esta palavra no sentido mais amplo e nobre do termo, ou seja, no sentido de uma acção orientada por uma ética?) e de uma estratégia.

A política é a do rompimento com o academismo, o fechamento, a vacuidade da auto-complacência. Sem con-fronto com o outro e sem diálogo com a comunidade não há produtividade (no sentido mais amplo) nem felicidade possível, visto a pessoa isolada, como projecto, ser uma aberração.

A estratégia é a de atingir a formulação de planos conceptuais que possam ser lugares de encontro de indivíduos muito diversos, identificados com problemas comuns, problemas esses que apenas parecem diferentes porque se encontram atados a nomenclaturas e a formas de argumentação que os tornam herméticos, que servem de ecrã à sua comunicabilidade, de elemento inibidor da circunstância de aparecerem como verdadeiros lugares comuns (no bom sentido, é claro).

Trata-se de caminhar efectivamente para a interdisciplinaridade, a um nível, e, a outro mais quotidiano, para a formulação de um novo senso comum.

Sem essa tentativa, a chamada “prática científica” – se é que, em muitos casos, lhe podemos aplicar tal designação – é triste, superficial, rotineira, deprimente, porque duplamente impotente. Os vários “cientistas” (ou suas equipas) estão fechados em casulos, e estes todos estão separados da sociedade. Note-se que estar “ligado à sociedade” é estar atento a *toda* a sociedade, e não aos ditames de alguns “gurus”, ou novos tecnocratas, ou “grandes empresários”, que, por o serem, se sentem com

o poder suficiente de vir dizer o que é que a universidade deveria ser, como se a universidade fosse apenas uma fábrica de mão de obra para as suas empresas. Também é, mas não é só, porque a ciência não imediatamente aplicável é a que pode ter maior aplicabilidade, seja no médio prazo, seja em contextos inesperados para mentalidades “pragmáticas” de pequeno alcance.

Ou seja, os investimentos que se fazem não podem ser conduzidos pelo curto prazo, porque este promove produtos rapidamente fora de prazo; mas, obviamente, também não é possível continuarmos a publicar e a gerir erudição pela erudição, porque a erudição acumulativa e a deriva tecnocrática são as duas faces da mesma moeda – a agitação, o esforço, o dispêndio de energia e de tempo (os bens mais raros, e portanto mais preciosos) sem um sentido de comunicabilidade, mas apenas visando o *egoísmo da auto-(in)satisfação*.

Tudo isto tendo como “pano de fundo” uma tensão social tremenda, que faz da nossa sociedade contemporânea uma sociedade de um novo tipo de violência, a violência generalizada, difusa, uma espécie de violência com “horror ao vazio”, onde não se pode estar sossegado nem tranquilo em lado nenhum – a fracturação, o permanente corte do tempo e da vivência estruturante em fatias desconectadas umas das outras.

As pessoas – estudantes, professores, investigadores, etc. – muitas vezes não partilham, não se abrem, escudam-se numa ausência de diálogo, que são índices de sub-desenvolvimento, nomeadamente numa “sociedade de redes” como aquela em que vivemos. Silêncio, indiferença, encasulamento num círculo limitado de relações – outras tantas patologias da sociabilidade que envenenam e implodem o nosso quotidiano, numa certa forma de “terrorismo ao contrário”, o da in-acção.

Ou, então, os indivíduos “saltam” directamente do local para o geral (por exemplo, da sua Universidade para os seus pares no estrangeiro), não criando em Portugal um espaço de construção da democracia cultural, ou seja, um verdadeiro campo de debate, o qual desse modo acaba sendo preenchido sempre pelos mesmos intervenores, que se auto-banalizam, ou então por pessoas manifestamente impreparadas. Ao preço de viver na periferia, de não ter interlocutores, soma-se o calvário de se ter de suportar a arrogância daqueles que parecem não perceber o ridículo de se armarem em caciques locais (falando com autoridade apenas para meia dúzia de apaniguados), mas cujo trabalho não tem relevância fora da sua estrita área de especialidade, ou passada a fronteira (espacial ou virtual) em que actuam.

Há que procurar constantemente o equilíbrio (já que a vida é um exercício de desequilíbrio sempre à beira do abismo da fatalidade, isto é, da irreversibilidade do fim) entre a reclusão indispensável à produção de algo de comunicável, e a abertura igualmente indispensável (mas nunca compulsiva) ao debate aberto com os outros, à partilha, mesmo com aqueles que nos são à partida hostis. Claro que há formas doentes de inveja, despeito, e de hostilidade, que bloqueiam todo e qualquer relacionamento.

A amputação de uma dessas componentes (reclusão/diálogo) é um reducionismo doentio, porque amplia desmesuradamente a outra, já que um indivíduo não consegue produzir-se sem os outros, mas tem de ter tempo de privacidade e de reflexivi-

dade para, simetricamente, construir a sua esfera própria de equilíbrio. Tal equilíbrio exige momentos de silêncio claustal, de reencontro consigo próprio, de “arrumação” interior, de tempos mortos, inúteis, em que o indivíduo desconecta temporariamente de uma vida demasiado “apertada” em conexões, respostas rápidas, acelerações impostas. Um dos dramas do indivíduo apanhado pela “espiral da produtividade” – em que todos os que estamos na vida activa profissional vivemos – é o da falta de tempo para reconstituir os seus esquemas de equilíbrio pessoal, familiar, etc.

Este equilíbrio é hoje de facto difícil devido a todos os *factores de fracturação* que invadem constantemente o espaço vivido, impedindo-o praticamente de se constituir em espaço de felicidade, e não de sofrimento.

Trabalhar com os outros, desafiando-os continuamente para o debate, para aprender com eles (mesmo que discordando; isso é secundário) – eis a minha metodologia. Esta nega qualquer complexo de superioridade ou de inferioridade – simplesmente, visa *comunicar*. Visa a horizontalidade, a atitude democrática, e não a arrogância auto-suficiente, repudiando com veemência todas as formas de autoritarismo e de aristocracia, mesmo que esteticamente bem educada ou apresentando-se como intocável.

Uma pessoa vale pelo que faz, não pelos bens, pelo capital (de toda a natureza) que herda, e deve defrontar, a todo o momento, os “lobbies”, as alianças perversas, os tacticismos hábeis (os menos hábeis auto-desmascaram-se depressa...) e os tabus, seja de que natureza forem, tendo a coragem de trazer para o discurso o não-dito, o inter-dito. Incluindo o discurso de uma revista universitária, pois esta instituição, como qualquer outra prestigiada e visível, é por vezes a sede mesma de muitos jogos, tabus, constrangimentos, opressões.

Tanto é lamentável aquela pessoa que só julga ter interlocutores à sua altura no estrangeiro, saltando de congresso em congresso sem sequer dialogar com os seus colegas da mesma escola (nunca há tempo), como aquele jovem iniciado que, queimando etapas, almeja ser “editor” de um livro no mundo anglo-saxónico, sem ainda ter escrito um só artigo resultante de pesquisa aprofundada, como aquela pessoa que, não respeitando o trabalho intelectual, confunde democracia com o nivelamento por baixo de todos nós, julgando poder opinar com ar “blasé” sem ter passado pelos níveis de aprendizagem indispensáveis. Todos esses casos, com que convivemos quotidianamente, são sintomas do mesmo processo de subdesenvolvimento democrático em que ainda nos encontramos. Denunciá-los, é nossa obrigação de universitários, de pessoas que têm um certo poder de emitir discursos, reflexões, comportamentos, num espaço público, sem arrogância, mas também sem complacência.

## 2. Espaço(s) e pré-história

Como é sabido, a ontologia dualista que tem presidido a grande arte do pensamento ocidental levou a inúmeras formulações da dicotomia natureza/cultura (e seus derivados) como se fossem realidades universais aplicáveis a todas as culturas (Jorge, 2003).

Traduzida ao nível da “paisagem”, do espaço, essa ideologia abusivamente generalizada levou à ideia de que existe *primeiro* uma realidade física, uma geografia, que o homem depois habita, afeiçoando-a às suas necessidades. A paisagem, o território, seria o quadro da acção humana, pressupondo um conjunto de recursos e, pela mediação da tecnologia, permitindo todo um conjunto de funções. Esta perspectiva corresponde à universalização do racionalismo economicista moderno, tipicamente ocidental, e nem mesmo no “Ocidente” praticado a não ser por certo tipo de mentalidade “gestora”. Nunca, em momento algum, podemos afirmar, relativamente a outra sociedade do passado ou do presente, que não a nossa, que ela conceptualiza a realidade envolvente como um conjunto de recursos, como uma realidade externa aos seres humanos. Mesmo a ecologia cultural, quando afirma que toda a realidade já está transformada pela humanidade, nada tendo de “natural”, mas antes sendo já toda ela “cultural”, está a incorrer no mesmo erro, uma vez que aceita essa dicotomia implicitamente. Acontece que uma antropologia ecológica com uma perspectiva “inerente” e já não “explícita” (van Domelen, 2000, p. 277) se apercebeu perfeitamente de que a entidade a que chamamos “paisagem” é um lugar de experiência, de representação, de percepção, e de que as pessoas não a experienciam nem a conceptualizam de um modo funcionalista – estão embebidas nela, e confundidas com ela. Só o racionalismo moderno europeu coloca a “natureza” como um objecto de observação e, portanto, como uma realidade objectivável, e perfeitamente distinguível do sujeito observador, incluindo a parte que, nele, pertence a essa extensividade física, a alma, o espírito, a mente, como se queira.

Negando as metáforas de uma construção cultural do homem sobre a base de uma paisagem física (que agora teríamos de despir dos seus sucessivos depósitos ou camadas culturais se quiséssemos traçar a história da respectiva antropização), Ingold (2000, p. 208) escreve páginas iluminantes para os arqueólogos. E diz: “Tal com os Apaches ocidentais – e, no que a tal diz respeito, qualquer outro grupo de pessoas que se sintam verdadeiramente “em casa” no mundo – os arqueólogos estudam o significado da paisagem, não interpretando os muitos níveis (“layers”) da sua representação (acrescentando ainda mais níveis ao processo), mas examinando-a cada vez mais profundamente. O sentido está lá na paisagem, pronto para ser *descoberto*, se nós soubermos chegar até ele. Cada aspecto, assim, é uma potencial indicação (indício), uma chave para o sentido, em vez de ser um veículo que o transporta consigo. Este processo de descoberta, em que os objectos existentes na paisagem se tornam indícios de sentido, é o que distingue a perspectiva “habitacional” (“dwelling”). E dado que, como mostrei, o processo de “habitar” é fundamentalmente temporal, a apreensão da paisagem na perspectiva “habitacional” tem de começar pelo reconhecimento da sua (dela, paisagem) temporalidade.” Só assim, continua, “temporalizando a paisagem, podemos ultrapassar a divisão, que tem perturbado tantas pesquisas até hoje, entre o estudo científico de uma natureza atemporalizada, e o estudo humanístico de uma história desmaterializada. Nenhuma disciplina está em melhor posição para dar esse passo do que a arqueologia.” E ainda, lapidarmente, conclui esse grande autor: “(...) relativamente à questão: “a arqueologia

logia *o que é* que estuda?”, penso que não há melhor resposta do que “ a temporalidade da paisagem.”

É com este tipo de autores que uma pessoa se orienta.

De acto, até agora, parece-me que temos tentado perceber como é que os seres humanos da Pré-história recente (Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze no nosso ambiente peninsular, ou seja, entre o VI e o I milénios antes da nossa era) organizavam, conceptualizavam, faziam ou, mais amplamente ainda, viviam o espaço, em termos que são muito influenciados pelo nosso senso comum e, em particular (entre outros aspectos), pelo moderno conceito de *visão*. Daí a importância que tem vindo a ganhar em Pré-história o estudo dos chamados “territórios de visibilidade”.

Passada que foi uma fase interpretativa dominada por ideias funcionalistas – que davam muita importância, por exemplo, à noção de “área de captação preferencial de recursos” (“catchement area analysis”), começou-se a compreender, com sugestão acima, que o espaço nunca foi uma realidade neutra (da ordem do puro *quantitativo*, ou *extensivo*), nem o ser humano apenas um organismo simplesmente (ou prioritariamente) “preocupado” com, ou dominado por, a sua sobrevivência (mito *biologista*). O espaço humano (como até certo ponto o de muitos outros animais dotados de um sistema nervoso complexo) é um espaço de intenções e de intensidades, inseparáveis da experiência de quem nele habita.

Temos pois de ultrapassar (Descola & Pálsson, 1996, p. 11) quer a sociobiologia, que reduz a cultura às “leis naturais”, quer o construtivismo, que submete o ambiente (no sentido mais geral do termo) ao simbolismo da tradição e da cultura. Estes são os dois “demónios” do simplismo reducionista que nos espreitam.

Assim como uma pessoa se constrói com o seu corpo, imersa no mundo (numa indissociabilidade total entre o que nós, cristãos, chamamos corpo e alma, entre interioridade e fisicalidade), uma comunidade constrói-se, sedimenta-se, cria coesão dos seus elementos componentes – entre outras coisas – construindo “espaço(s)”, fazendo “arquitectura”, no sentido mais amplo e universal do termo, isto é, redeseñando o mundo.

Falo de espaço, repito, não como realidade neutra, extensa, mas como território de vivência, realidade mais ou menos *intensa* feita de múltiplas qualidades, até afectivas, um mundo, uma realidade, em negociação constante, a várias escalas, desde a micro (lugar) à macro (cosmos).

Verifica-se, além disso, que em muitas sociedades há uma certa forma de homologia entre as várias escalas possíveis.

Por exemplo, a unidade residencial, ou “casa”, se quisermos (embora seja preciso ter muito cuidado com estes pretensos “universais”, que são função de numerosos factores, como sabemos – estrutura social, relações de parentesco, etc., etc.) é, ou terá sido, em muitas comunidades, uma representação reduzida do cosmos, com uma correspondência, termo a termo, de cada parte dessa “casa” a cada “parte” do cosmos. Basta qualquer um ler as conhecidas obras de G. Bachelard (“A Poética do Espaço”, por exemplo) para abrir logo múltiplas perspectivas nesse domínio, tão úteis ao arqueólogo e a outros cientistas sociais. Nunca, evidentemente, para a sua

aplicação como fórmulas, ou receitas – mas para *abrir o raciocínio* a um leque de possibilidades que inclua *modos outros* de conceptualizar o espaço/tempo, limiar indispensável para se tentar “entrar” na chamada pré-história.

Assim, passou-se mais recentemente a dar muito maior importância às *representações do território*, ou seja, ao “mundo físico” como uma realidade também ela “cultural”, impregnada, do ponto de vista do ser humano, de valores, no sentido mais amplo deste termo. Mas há que ter cuidado para não cair no exagero de ver em tudo só “cultura”, só símbolos, só “textos”.

Por outras palavras, não há de um lado a natureza, repetitiva, pré-existente ao ser humano, e de outro lado este último, inventivo, actuando mais ou menos sobre aquela como se ela fosse um inerte. Essa ideia é uma monstruosidade da “filosofia espontânea” (improvisada, sem preparação, e pensando que tudo quanto não seja “técnico/matemático” é da ordem do opinativo) da engenharia tecnocrática contemporânea. Há desde sempre um diálogo constante, como um jogo de dois parceiros que permanentemente alternam de estatuto, numa dinâmica interminável, entre o humano e o natural. Um e o outro são como a “galinha e o ovo” – num certo sentido, sempre co-existiram.

O mundo não é um brinquedo para manipularmos, mas o próprio “aquário” em que estamos fenomenologicamente imersos, e de cuja sobrevivência – global e articulada – depende a nossa efectiva sobrevivência.

Desse modo, o território de uma dada comunidade e as maneiras como é (foi) representado/usado são pontos de chegada de uma longa investigação, e não podem ser tomados como se fossem “cenários” ou pontos de partida da mesma, para virem a abrir a “história” ou a monografia dessa mesma comunidade.

O território de uma população não é o seu substrato, o seu “background”, o seu pano de fundo, não define a sua infra-estrutura, não é o seu encaixe físico. Não é uma “house”, mas uma “home” – um sítio vivido, e povoado de significações, pois o homem (a comunidade) precisa tanto de assegurar o seu metabolismo, como de se situar numa ordem que faça sentido. E precisa disso tudo ao mesmo tempo, em simultâneo.

Fazer sentido significa dar uma razão de ser (um nome, uma história, uma explicação) a cada elemento que nos envolve enquanto seres conscientes, desde o nosso corpo, aos outros seres vivos ou às realidades “permanentes” do território, até à máxima escala que possamos conceber.

Sem essa “ordem”, que reconforta e enquadra a acção de cada um e do conjunto social, a vida não tem sentido. Ou melhor: nem sequer é possível viver: sem um “objectivo”, mais ou menos consciente, ou não, enquadrado num espaço envolvente, um ser entregar-se-ia à impotência, ao abandono de si mesmo, à inacção, à morte. Ora é bem sabido que aquilo que caracteriza todos os seres vivos parece ser uma “vocação” desesperada de sobreviverem. Para tanto, precisam de uma certa estabilidade de objectivos desenrolados num quadro signficante, acolhedor, e gratificante.

No ser humano, antes até da morte física, pode estar a morte “cultural”. Uma e outra estão interligadas intimamente, e só a nossa tradição cartesiana, dicotómica, as decompõe. Eliminar as “tradições” de um povo, e escorraçá-lo do território onde

elas faziam sentido, pode ser condená-lo à extinção. Por isso todos os regimes autoritários – legais ou não – praticam a uniformização e a “ghetização” (encarceramento, confinamento espacial, isolamento, maior ou menor) dos cidadãos: a sua *exclusão do espaço habitual onde viviam*, e a sua descaracterização como indivíduos. Roubam-lhes a identidade (auto-estima), tirando-os para fora do seu tempo e da sua história (memória) e para fora do seu espaço de vivência habitual (veja-se o magnífico filme “O Pianista” do genial Polanski).

Foi essa a prática de todos os colonialismos e de todos os genocídios. Mas também, em sistema mais “soft”, de todos os regimes de “internamento” forçado (escolas, conventos, cárceres, casernas). E tal violência continua a ser exercida diariamente, para gáudio de muitos (incluindo, claro, os fabricantes, traficantes e vendedores de armas, e outras “mafias”), e alimento dos noticiários fornecidos via doméstica, a domicílio, por esse instrumento por excelência de fabricação da realidade que é a televisão.

Por outras palavras, e revertendo à arqueologia (que é só um ponto de vista, entre múltiplos outros, para poder pensar), a simples distribuição de “sítios” (que é um sítio?...) na chamada “paisagem” (conceito discutível na sua universalidade, na medida em que está em relação íntima com a “visão”, e em particular, com a pintura, modernas e ocidentais) não nos diz nada, só por si.

Por isso a “arqueologia do povoamento” (“settlement archaeology”) tem de ser hoje encarada segundo ângulos novos, senão conduz-nos a becos sem saída ou a conclusões de um simplismo evidente. Fazer mapas de distribuição de sítios (“dots in the maps”), por si só, revelou-se a tarefa mais evacuada de sentido que pode haver, só ultrapassada talvez pela das tipologias dos objectos “per se”, com que se deleitavam os museógrafos do passado, e pela de alguns actuais construtores de “bases de dados” que, quais Sísifos, acumulam esforço, para partir todos os dias da estaca zero... no caminho árduo que leva à exaustão total, ou então, em alternativa, à auto-satisfação complacente de quem habita a rotina. Sem um fim bem claro, para o qual se podem tornar imensamente úteis, e mesmo indispensáveis, esse tipo de trabalhos são alienantes: autênticos “tricot”, máquinas de estupidificação, pretextos para não se pensar.

Normalmente, creio que ambas as atitudes coexistem nos mesmos indivíduos, em momentos diferentes no tempo. “Entretêm-se”, ou ingenuamente empenham-se, em fazer trabalhos inócuos, e de repente podem ter momentos de crise ou depressão por pressentirem que tanto esforço, só por si, afinal não leva (não levou) a nada. Ou que há uma desproporção evidente entre expectativas e resultados.

A ideia positivista de valorização da informação pela informação, do “dado” pelo “dado”, quando concretizada à escala de trabalhos longos, como dissertações de mestrado ou de doutoramento, implica a má canalização diária de energias e competências para objectivos sem sentido.

Diz-se muitas vezes que um trabalho é competente e sério, rigoroso, útil. Mas sem nos perguntarmos: competente para quê? Sério em função de que critérios? Rigoroso, segundo que valores, que objectivos? Útil para quem, e para quando?... Para satisfazer a nossa curiosidade, alimentar enciclopédias, encher com um pouco

mais de pitoresco o panorama das curiosidades? Quem distingue um trabalho estruturante, verdadeiramente inovador (isto é, estratégico), de um outro que é apenas informativo, no sentido minimal do termo?...

Também, só por si, em pré-história, não nos revela grande coisa a maior ou menor “monumentalidade”, ou durabilidade, ou extensão no espaço, de um “sítio” arqueológico em relação a outros (aliás, raros são os “sítios”, ou realidades arqueológicas, estudados de forma suficiente para se ajuizar das suas verdadeiras dimensões). Temos de interrogar a dita monumentalidade, ou a grande escala de uma arquitectura, não como um universal trans-histórico, de significação unívoca, mas como uma realidade inserida noutra mais ampla, numa teia ordenada, que lhe dá sentido.

Embora as grandes construções tenham uma nítida conotação com o Estado (forma de organização, inicialmente minoritária, dos últimos milénios), como os zigurates babilónicos ou as pirâmides truncadas americanas, temos de supor que houve muitas “culturas” que se exprimiram mais no efémero, ou exerceram a sua perícia artesanal sobre suportes mais perecíveis, confundíveis com a “paisagem”, ou até mais portáteis. *A importância de ver ou poder ser visto depende do valor que se dê a esse sentido em relação a outros, como odores, sons, texturas, etc.*

Por tudo isso, igualmente a visibilidade e inter-visibilidade dos sítios tem de ser encarada com grande prudência, não vá acontecer estarmos a projectar no passado – isto é, numa realidade *outra* – aquilo que é a moderna maneira de olhar a “paisagem”, de nos deslocarmos nela, de nos movimentarmos nela, muito condicionados pela experiência (inédita até hoje) de transporte rápido, de multiplicação de ângulos de visão, ou, até, de perspectiva panóptica (totalizante) de certo modo permitida pelos meios aéreos (no prolongamento da cartografia e outros modelos que a arte da guerra e o Estado estimularam).

Com os nossos mapas, veículos de todo o terreno, GPS's, marcos geodésicos implantados nos pontos altos, e outros utensílios, vamos construindo uma ideia das “paisagens arqueológicas” que é maravilhosamente cândida.

Quando nos lembramos de que um dos homens que mais realizou fotografia aérea aplicada à arqueologia dizia que, de cada vez que sobrevoava a mesma “paisagem”, encontrava sempre novos sítios, novas marcas, novas pistas...de um imenso palimpsesto...não duvidamos de que o espaço terrestre é uma realidade cheia de “cicatrizes” sobrepostas, apagadas, destruídas, reerguidas, de uma complexidade infinita. Porque não apenas constituída por materialidades que “falam por si”, mas de sinais que apontam para representações, e que portanto são e sempre foram não só polivalentes, mas intrinsecamente ambíguos, e sujeitos a reinterpretações, flutuações de sentido, etc.

Temos estado até agora muito “agarrados à terra”, às nossas mundividências contemporâneas, às nossas conclusões espontâneas. E, outro lado, muito imbuídos de um positivismo que, em ciências humanas, herdou a tradição teológico-filosófica das explicações abrangentes. Incluindo, naturalmente, quem escreve este texto...

Por exemplo, toda a gente conhece o “mistério das linhas nazca” (geóglifos), realizadas no deserto costeiro entre os rios Nazca e Palpa (Sul do Peru) durante uma

fase da chamada “cultura Nazca” (grosso modo, de 200 a 500 d. C.) e as elucubrações feitas a esse respeito por inúmeros autores (e até charlatães, que vendem livros à custa de especulações sem qualquer fundamento).

Trata-se de um exemplo de grande “monumentalidade plana”, ou seja, de um investimento de energia transformadora no solo do deserto, que produziu gigantescas obras do que hoje chamaríamos “land art”. Essas “obras”, figuras geométricas, predominantemente rectilíneas, mas também de outro tipo (nomeadamente de animais) não podiam ser apreciadas do solo em toda a sua magnificência. Eram realizadas não por acrescentamento, mas por “ablação”, isto é, retirando uma “película” superficial de pedras castanho-avermelhadas, e fazendo assim efeito cromático de contraste com o solo mais claro subjacente. É evidente que estas figuras tinham um sentido muito profundo, cosmológico, incrustado na “paisagem”, pois muitas delas (as rectilíneas) irradiam a partir de colinas ou escarpas, constituindo um nítido esforço de “reordenamento” de vastos espaços (algumas chegam a ter 8 km).

Ou seja, estamos perante uma “monumentalidade” que não era para ser vista de lugar algum – esse olhar dos “deuses”, ou olhar distante, apenas existia na imaginação dos seus “autores” (mas isto pode ter acontecido, a níveis menos monumentais ou grandiosos, noutras sociedades do passado).

Tratava-se, naquele caso, de projectar no “céu”, num plano onde ninguém podia ir, num sítio de onde ninguém podia olhar, imagens que no entanto por vezes aparecem a mais pequena escala nos padrões “decorativos” de tal “cultura”. Estamos perante uma “episteme” totalmente diferente da nossa, em suma, mas que neste caso não parece independente do grau altamente hierarquizado da sociedade em questão.

Tal “episteme” seria possível numa sociedade de caçadores-recolectores como os aborígenes australianos, ou os bochímanes do SW da África, apesar de todas as diferenças entre eles? Suspeito que não. É aqui que a interacção da etnologia ou antropologia cultural e da pré-história são cruciais, como é crucial tentarmos evitar, na medida do possível, as explicações evolucionistas fáceis. Quer dizer, as sociedades não se regem por normas rígidas, e portanto a variabilidade de comportamentos é praticamente infinita mesmo adentro de um determinado conjunto de condicionamentos. Mas também parece indesmentível que conhecer é comparar, classificar, tentar estabelecer os parâmetros possíveis para cada lugar e época e, mais cedo ou mais tarde, arriscar a síntese, a generalização. Porque, senão, esse medo denunciaria, por contraste, uma vontade autoritária de dizer a palavra final, a afirmação indesmentível, a verdade insofismável – que se compreende como desejo, mas cientificamente não tem sentido.

De uma forma muito esquemática e simplista, tentarei explicar-me melhor nos parágrafos seguintes.

Se admitirmos que um sistema religioso (diferenciado de “religião” em sentido geral, que se pode considerar como uma realidade intrinsecamente humana, na medida em que até o ateísmo pode ser visto como uma forma de religião) não é independente de outros sistemas de representações sociais, e estes estão em íntima relação com a sociedade no seu todo, já temos uma boa base de trabalho, de raciocínio.

O que há obviamente que evitar é qualquer forma de evolucionismo à século XIX, como o que Freud, por exemplo, ainda plasma em “Totem e Tabu” (Ed. Relógio d’ Água, Lisboa, 2001), ao considerar três estádios por que a humanidade teria passado, o animista, o religioso, e o científico (e tentando depois articular certas fases da evolução da criança ou certas neuroses com esse esquema). Mas a ideia de que a ontogenia repete a filogenia, ou de que a evolução mental da criança pode repetir a da espécie teve, como sabemos, uma larga história no pensamento ocidental.

O sistema religioso é em larga medida uma projecção imaginária do sistema social, ou seja, em geral há uma certa homologia entre o plano da organização social, incluindo todo o meio que com ele se confunde (mundo das realidades “humanas” e “naturais”, sem querer reeditar a dicotomia atrás contestada) e o plano da representação das realidades extra-humanas, que em última análise contribuem para “explicar” o cosmos e lhe dar um sentido mais ou menos estável.

Ora, por exemplo, é difícil conceber que sociedades “baseadas” (passe o simplismo) numa estrutura meramente “doméstica” – ou seja, em que não só não havia órgãos ou instâncias formais de poder, como as lideranças tinham de ser negociadas mais ou menos permanentemente – elaborassem cosmogonias presididas por entidades divinas de grande alcance, distanciadas do ser humano e estabilizadas em fórmulas abstractas e longínquas, como acontece frequentemente nas sociedades estatais ou para-estatais.

Aparentemente, nas sociedades sem Estado, nomeadamente naquelas, acéfalas ou próximo disso, em que cada célula doméstica provê a todos as suas necessidades, é talvez *inconcebível* um poder remoto desse tipo, e muito menos um monoteísmo (e ainda muito menos, com é óbvio, uma “religião revelada”) que parecem formas relativamente recentes, no “Ocidente” (mundo circum-mediterrâneo, Egipto, Próximo Oriente), de sistema religioso. Há uma história da “religião” como de tudo o resto – e mesmo a divisão entre “sagrado” e “profano” não é um a-histórico universal, havendo que o usar com muito cuidado. É nisso que os historiadores das religiões, como Mircea Eliade, por exemplo, são fascinantes, mas perigosos, porque generalizam por vezes com assustadora facilidade.

Mesmo no Egipto faraónico, as diversas elites sacerdotais estiveram sempre a tentar “coser” uma grande variedade de tradições religiosas regionais, uma vez que a síntese cosmológica e cosmogónica, a harmonia de um sistema religioso coerente, único e aceite por todo o país (a par das tradições locais), era tão vital para a manutenção do próprio Estado (e vice-versa) como controlo das cheias do Nilo e a gestão da água.

É por isso que temos de ter certo cuidado ao falar de “deuses” ou “deusas” na pré-história, de “templos”, ou mesmo, como já sugeri, de “sagrado”, de uma forma demasiado geral, porque pelo menos os conceitos de deuses e o de templos parecem adaptar-se melhor a sociedades mais “complexas”, com um “sub-sistema religioso” (para usar um conceito processual um pouco em desuso) autónomo, projecção imaginária de uma unidade e especialização da elite sob a forma de um “aparelho de Estado”.

Em comunidades em que “o sagrado” não estava “especializado”, distinto do “profano”, segregado como uma instância autónoma, com os seus lugares mais ou

menos formalizados de culto (templos) e as suas “divindades”, é mais provável que encontremos realidades espaciais fluidas, polivalentes, umas vezes percíveis (provavelmente, na maior parte dos casos), outras perduráveis (monumentos), umas vezes mais “naturais” (na terminologia dualista corrente, actual), outras vezes mais “transformadas”. Mas, como se disse, todo o cuidado é pouco quando entramos nesta esfera do “natural” e do “artificial” – é um terreno minado de lugares comuns.

De facto, naquelas comunidades, a maior ou menor “formalização” de certos locais (uns *aparentemente* mais relacionados com a vida doméstica, quotidiana, outros com sítios de culto – com a chamada “arte rupestre”, ou do tipo “recintos” definidos de diferentes modos, com menires, fossos, valados, etc. -, outros com os “mortos”), não servia para constituir instâncias especializadas, de funcionalidade unívoca.

O que parece passar-se, na verdade, é que a marcação do espaço por diferentes métodos é muito importante mesmo em sociedades sem escrita, onde tais marcadores operam quase a função de uma “escrita”, são mnemónicas “significativas” para a organização de um discurso que conecte o mundo do visível (do material, do aqui e do agora) com o do invisível (do incorpóreo, do passado e do futuro, ou seja, do que não é imediatamente palpável, mas talvez ainda seja mais real, porque talvez “fundador” desse palpável e desse presente).

A construção de sítios formais, e sua manutenção, são fundamentais para as lideranças emergentes – polivalentes tal como os próprios sítios “construídos” – testarem a sua capacidade “política”, e ao mesmo tempo fixarem no espaço vivido uma “ordem” que serviria de legitimação de narrativas sobre o passado e de justificação para a consolidação de lideranças que se procuravam impor.

Ao construírem os locais comunitários, as populações eram conduzidas, pelos elementos mais activos, carismáticos, ou com maior poder de iniciativa, a construir os “cenários” da sua própria “obediência” aos líderes, ou seja, a uma identidade colectiva que necessitava de pólos (de comando e de expressão física na “paisagem”) para se constituir.

E como esta “pressão” de constituição de territórios e de lideranças se deve ter verificado em rede, cada unidade, cada território, ao criar a sua identidade, ia estabilizando espaços intermédios e espaços de fronteira em relação a outras comunidades vizinhas, num *processo de reforço mútuo, simultâneo e em cadeia*.

Dir-me-ão que este modelo explicativo tem muito de processualista, e lembra a ideia de C. Renfrew relativamente ao “Early State Module” (ESM), um modelo que o próprio autor diz não se aplicar apenas às sociedades com Estado, mas ter muito maior universalidade. Aceito tal crítica, mas então pergunto, a não admitir a sugestão acima exposta, que alternativas temos para a compreensão das sociedades da pré-história recente e sua actividade construtora de “territórios”, isto é, de espaços de tradição comunitária distintos uns dos outros?

Note-se que a actividade construtiva de “espaços” podia não estar dirigida para a monumentalidade nem para a visibilidade, como já atrás se advertiu. Há “monumentos a que, apesar do seu volume, poderíamos chamar tendencialment “planos”, ou quase, como os “cursus” neolíticos britânicos, com os seus fossos e valados (tal como os “cau-

sewayed camps” ou os “henges”). Lembramo-nos também dos alinhamentos de Carnac, na Bretanha francesa, por exemplo; alguns dos seus menires são pequeníssimos, com umas dezenas de centímetros de altura apenas – é evidente que neste caso o efeito procurado residia no conjunto inserto na paisagem. Mas também havia muitas estruturas em madeira no Neolítico, mesmo no NW Europeu, que não tiveram grande magnificência nem sobretudo durabilidade...e que nalguns casos só se conservaram graças aos terrenos húmidos em que foram imersas. A complexidade construtiva das chamadas palafitas alpinas, com constantes remodelações, é bem conhecida.

Por outro lado, redutos definidos com fossos (acompanhados ou não de outras estruturas) são conhecidos por toda a Europa pré-histórica, tanto a “da madeira” (Europa média) como a “da pedra” (Europa ocidental, Europa mediterrânica, incluindo Portugal. Mesmo que tais recintos – que por vezes cobrem muitos hectares, delimitando simbolicamente áreas enormes – tivessem muros, eles eram sobretudo uma actuação criativa no território que valia por si mesma, pelos esforços que congregava, pelos sentidos que inscrevia numa “monumentalidade plana”, independentemente do efeito visual que pudesse ou não provocar. Quando os míticos Rómulo e Remo fundam Roma, abrindo um fosso, estão fundamentalmente a criar espaço, isto é, arquitectura, no sentido mais pleno do termo... neste caso, a delimitar simbolicamente o espaço sagrado da cidade do exterior selvagem. Mas o que “é romano” nem sequer se pode generalizar para trás...onde é preciso um diferente despaisamento “etnológico”...

Demos um outro exemplo da variabilidade das representações/vivências do espaço/tempo que traduz, de algum modo, o extremo oposto do caso anteriormente referido dos “sinais” nazca: o de uma “imaginação” possibilitada, não pela distância física, pela escala imensa (dirigida decerto a entidades “celestes”), mas pela pequena escala e pela con-fusão, pela proximidade absoluta (física e não só, evidentemente) entre o “autor” e a obra.

De facto, sabemos que, por exemplo, os bisontes do tecto de Altamira (Espanha), do Paleolítico superior, terão sido realizados por um “pintor” (ou mais, naturalmente) deitado de costas, que à altura não poderia estar distanciado do suporte senão em cerca de 1 metro, aproximadamente (hoje os turistas apreciam as pinturas com mais “conforto”, porque a gruta foi escavada e muito alterada). E os casos de espaços quase inacessíveis, gravados ou pintados, na “arte” do Paleolítico superior são inúmeros, como se sabe. Como era possível dar uma tal impressão vivida de bisontes em várias posições “típicas”, sem conseguir ter deles uma visão de conjunto, como faz o visitante do museu que, diante de um quadro, avança e recua, para melhor o poder absorver, apreciar, incorporar no seu todo?...

É óbvio que em Altamira, como em tantas outras obras paleolíticas, estamos perante uma *humanidade outra*, que não procurava o panoptismo de visão como nós hoje, mas, por assim dizer, uma profunda identificação entre as figuras e o suporte, sendo possivelmente “o autor” apenas o “operador de sentido” que fazia emergir a forma pré-existente do animal, *dentro da pedra, à superfície* da mesma.

Novamente, estamos perante uma ontologia completamente diferente da nossa. Trata-se de uma sociedade de caçadores-recolectores (passe agora o que tal expres-

são taxonómica tem de imensamente redutor) em que evidentemente homem e animal estão muito “próximos”, mas não tanto no sentido da caça, ou da captura, ou da posse física por parte do homem em relação ao animal. É bem possível – para não dizer provável – que o animal, bem como tantos outros grafismos, seja apenas aqui um mediador entre mundos, o humano e o(s) outros(s).

O que é impressionante é a “necessidade” que a humanidade teve, em determinado momento, de trazer a forma ao plano da visibilidade gráfica: estava iniciado um processo de ruptura, de criação de um objecto e de um sujeito, que continua com o próprio monitor que eu olho para escrever este texto, neste momento, numa atmosfera mental totalmente diferente, mas com uma certa suspeita, apesar de tudo, de prosseguir a mesma “odisseia” (para pôr as coisas em termos um pouco épicos) desse meu remoto antecessor: tentar fazer sentido através da inscrição de sinais objectivados, submetidos a códigos.

A forma (completa, ou simplesmente sugerida) do animal esboçada na rocha, juntamente com muitos outros grafismos, está ali como signo, referência a qualquer coisa de outro, e que portanto não podemos interpretar literalmente: um auroque como um auroque, um cavalo como um cavalo, etc. *Isso, assim visto cruamente, é precisamente o que sabemos que eles “não são”*. No entanto, diga-se de passagem, é o que a maior parte dos livros de divulgação continua a “vender” às pessoas.

E, depois, ainda nos admiramos de continuarem a aparecer artigos nos jornais (“Público” de Junho de 2004, por exemplo) que arrogantemente defendem de novo a velha e tenaz ideia da construção da barragem do baixo Côa, numa visão unilateral, traduzindo uma ignorância cultural abissal, como se não estivesse ali o único património arqueológico da humanidade que o nosso país possui.

Mas, na arte paleolítica, a figura, ou figuras, está (estão) ali também provavelmente como símbolo(s), isto é, não só como denotando (descrevendo, fazendo referência a) algo, que pode ser um conceito abstracto, e até apontar para toda uma narrativa, mas como conotando algo, ou seja, ligando coisas que nada aparentemente têm a ver umas com as outras, e provavelmente fazendo referência, em última análise, a uma complexa cosmologia, única motivação aceitável para o carácter estruturado, repetitivo, dessa chamada “arte” do Paleolítico superior.

O que nos dão a história, a antropologia, etc., de facto, são *experiências da diferença*, e não variantes do mesmo (nós, vistos em espelhos deformantes, num narcisismo ou etnocentrismo sem fim) como certos autores, ingénuos de espírito, ou esqueléticos de imaginação, se prezam de pensar, fazendo-nos sorrir. Não estão preparados para a imensa variabilidade do humano, para a complexidade do espírito no espaço e no tempo; não têm uma formação mínima para tratar destas questões, como eu não tenho para elaborar raciocínios matemáticos ou composições musicais...e, mesmo neste domínio da arquitectura pré-histórica, e numa perspectiva de síntese, sou e serei um estudante, sempre.

É claro que, como disse antes, qualquer pessoa que pensa quer encontrar invariantes, regularidades, reduzir a diversidade à unidade – pois a particularidade do mundo é infinita e, como tal, in-diferente. Ou seja, a diversidade das coisas e dos fenómenos

é tal que, se fôssemos ficar presos à sua particularidade, nunca formularíamos ideias gerais, ou seja, conceitos ou modelos, teorias explicativas. Nem mesmo conseguiríamos viver: uma observação não seria utilizável para a seguinte, num atomismo delirante.

Mas, se comparar é sempre possível, se não há nada que, em última análise, seja incomparável, o que é um facto é que o estabelecimento de conclusões é sempre, apesar da nossa avidez da certeza (a certeza é quase uma condição de sobrevivência), um ponto de passagem precário. Temos de estabelecer as condições da comparatividade, o plano de premência de tal atitude, caso a caso.

Viver na ciência é viver numa certa incerteza, é habituarmo-nos ao desconforto de antevermos já a derrocada daquilo em que agora cremos totalmente. A ciência pressupõe uma ética, uma estética, e uma postura da desconfiança, da problematidade, da interrogatividade, da referida incerteza. Nem é sonho, nem crua realidade; nem afirmação peremptória, nem desencanto – é uma permanente permutação entre os dois estados.

É esse exercício que muitos “corpos rígidos” não são capazes de fazer – e por isso também não entendem a filosofia (na sua pulsão ficcional, autoral, visionária) nem a poesia, que é o exercício da palavra entregue à sua mais total liberdade. Ou julgam que a filosofia é um conjunto de conceitos-cânones, e a poesia de emoções-decorações, sem perceberem que elas são o próprio exercício da liberdade absoluta da palavra, em que um indivíduo se joga todo, numa paixão intelectual, e por isso tão raras, tão difíceis.

Perante essas forças irreprimíveis os “guardas de serviço” de todos os dogmas “puxam logo das pistolas”. A liberdade é assustadora – vemo-nos obrigados a caminhar por nós, largando definitivamente a mão familiar (que pode ser a dos nossos mestres) que toda uma vida nos conduzira...

Temos, evidentemente, também em arqueologia pré-histórica, de partir noutras direcções, aferindo permanentemente observações e intuições, e dando liberdade, às intuições, de precederem as “provas”. *As provas acabam sempre por aparecer quando há boas ideias, quando há (não tenhamos medo das palavras) algum “talento”*. E o talento – se não é delírio, ou loucura, se não releva de uma mente doente ou em sofrimento – tem uma característica, se não erro: é que se auto-reconhece como tal. É alegria, felicidade, emoção – uma convicção indescritível, a momentânea experiência do sublime. Veja-se por exemplo Cecília Bartoli no DVD “Viva Vivaldi”, a sua expressão facial e corporal – é isso, o talento. O empenhamento total do ser. “Tant pis” para quem não percebe, para quem não sente.

Sabemos pois que nem tudo o que era construído durante a pré-história recente era monumental, independentemente da escala, e que nem tudo o que era importante se destinava a ser visto.

Por exemplo, e como já disse, um recinto com fossos, mesmo que no passado possa ter sido imponente, talvez nunca tivesse tido a intenção (pelo menos em certos casos) de ser visto de longe, panopticamente, pelo olhar humano. Mas ele não deixava de ser uma intervenção comunitária num território, inscrevendo barreiras, impondo circuitos – e portanto partilhado pelo conhecimento de muitos agentes sociais.

Mas sabemos que muitos depósitos fundacionais, ou rituais, eram concebidos e executados precisamente para nunca mais serem vistos, e que muitas figuras (inscritas por exemplo nas faces traseiras, escondidas pelas mamoadas, dos dólmens) eram para ficar ocultas para sempre, dado provavelmente nunca ter passado pela cabeça dos seus autores que a modernidade iria inventar a arqueologia, e a sua *obsessão de ver tudo*, de saber tudo, de querer dar explicações para tudo, de revolver o solo em todos os sentidos para encontrar obsessivamente o seu (dela, modernidade) próprio sentido, de que parece estar orfã.

As mamoadas megalíticas dispõem-se, no Norte de Portugal e Galiza, tipicamente, no que se convencionou chamar necrópoles, ou nuclearizações de núcleos de mamoadas (“tumuli”), concentradas no alto dos “plateaux” (onde a economia tradicional da zona, que reservava essas áreas ao pastoreio, lhes permitiu conservarem-se).

Exemplos dessas grandes necrópoles encontravam-se, por exemplo, em Castro Laboreiro (na fronteira luso-galaica) ou no Alvão (na “fronteira” entre o Minho e Trás-os-Montes). São (ou eram, porque nalguns casos há muitos monumentos destruídos ou danificados) *adições* de montículos, num espaço lasso, uns mais salientes do que outros, dispostas em núcleos (agrupamentos de mamoadas), e por vezes com um desses montículos colocado em posição saliente, num ponto topográfico mais alto.

Nunca se conseguiu perceber, por falta de pesquisa, qual a possível explicação para esta organização espacial, muito variável no detalhe, de caso para caso. Exceptuado o exemplo da Aboboreira, no distrito do Porto, não existe um estudo sistemático de uma necrópole, apenas de monumentos ou núcleos isolados. Seria importante dispor de diversas necrópoles com os seus monumentos datados, podendo cruzar essa informação com as respectivas tipologias arquitectónicas.

Existe evidentemente nestas necrópoles uma óbvia “hierarquia” topográfica e volumétrica: há monumentos quase invisíveis, outros imponentes; há-os isolados, ou em grupos pequenos, e outros em núcleos maiores; há-os por vezes solitários no ponto mais elevado de um cerro dominante, como no Alto do Catorino (Alvão).

Uma coisa é certa: na serra da Aboboreira, a única que nos permite um raciocínio onde a escala dos monumentos se pode articular com a escala dos seus “cenários”, uma vez que, como disse, o “simples” estudo cuidado de monumentos vistos isoladamente não serve para grande coisa – os montículos, quer individualmente, quer colectivamente considerados, não parecem localizar-se em sítios de grande visibilidade imediata sobre “paisagens” agrícolas, pelo menos no sentido de vales férteis, extensos e amplos.

Ou a agricultura (na segunda metade do V<sup>o</sup>, primeira metade do IV<sup>o</sup> milénio a. C.) era de pequena escala, e feita nas terras altas, próximo dos monumentos, o que implicaria uma adaptação das plantas a essas altitudes; ou então era realizada nas zonas de meia encosta, e aí alguns monumentos ainda existem, mas também nesse caso estes não parece estarem intencionalmente dispostos por forma a dominarem visualmente extensas zonas agricultáveis.

Se admitíssemos que eram os vales fundos, de terrenos mais difíceis de trabalhar, que já então eram utilizados com esse fim, não observamos uma relação directa, próxima, visível, entre mamoadas e campos/territórios agrícolas.

A “marca” deixada no espaço por necrópoles como a da Aboboreira, ou a de Castro Laboreiro, no seu conjunto, era “virada” para dentro. Os diversos núcleos dispunham-se em chãs, ou pequenas áreas aplanadas, por vezes delimitadas por caos de blocos graníticos, recortando-se contra horizontes mais ou menos longínquos.

Mas, no horizonte imediato, as mamoas compunham uma “paisagem” que não parecia, como disse, directamente articulada com vales agrícolas férteis. Por isso tantos autores acentuaram a relação deste tipo de monumentos com vias de passagem (na verdade, durante milénios a melhor forma de circulação nestas regiões foi a dos “plateaux”) ou com zonas de pastorícia.

Quanto a mim, o essencial não está nem num aspecto nem noutra, que até poderão ser posteriores, pelo menos como prática mais sistemática e de certa escala (pastoreio, e utilização de caminhos para atravessar longas distâncias), em relação às mamoas neolíticas. O que há, nestas, é a criação, por adição de montículos em núcleos, de *“paisagens” abertas, sem barreiras físicas importantes, lineares, à circulação*, e onde o posicionamento dos monumentos, cada um dos quais individualmente “fechado” sobre si próprio, parece ter sido feito numa lógica sequencial, sem “plano” prévio de conjunto.

Esta lógica jogaria bem com sociedades segmentarias, domésticas, de pequena escala, podendo cada comunidade ter o seu símbolo fundacional, identitário, contendo os restos de antepassados, nesse mesmo núcleo, e funcionando a necrópole no seu todo como uma espécie de modelo imaginário, ou representação idealizada, de uma união pacífica entre grupos vizinhos, num processo de partilha de um espaço inter-comunitário.

Tratar-se-ia – por mera hipótese – de um caso em que a união de núcleos (cada um simbolizando uma comunidade de linhagem) num agrupamento maior – a necrópole, hoje definível por certa unidade geomorfológica – procuraria representar, encenar, no espaço, uma “harmonia” de comunidades vizinhas. Estas poderiam até entreajudar-se em tarefas construtivas, partilhando espaços contíguos ou mesmo os mesmos espaços (os mesmos núcleos) em certos rituais simbolizadores da “paz”, da desejável “união”, entre as várias populações que habitavam em espaços próximos.

Teríamos aqui uma explicação – sem dúvida simplista, redutora, como todas as ideias simples, mas com alguma verosimilhança – para a rápida “propagação”, se não mesmo “emergência” quase simultânea, do chamado fenómeno megalítico em certas regiões: a partilha destes símbolos arquitectónicos (eles próprios contentores de outros símbolos) seria uma forma de negociar identidades ente sociedades linhageiras, e assim conter qualquer potencial agressividade, agenciando uma existência possível em comum, num determinado território. “De proche en proche”, a construção de símbolos deste tipo asseguraria o “equilíbrio” de pequenas comunidades agrícola-pastoris dispersas pelo território, que enterrariam os ses mortos, habitualmente, em sepulturas bem pouco monumentais. Os “megalitos” eram a excepção, que hoje aparece aos arqueólogos, algo mistificadamente, como o elemento mais “típico” destas comunidades, apenas porque mais notório e monumental.

Sobre a respectiva organização social afirmamos em regra, com certa razão, que sabemos muito pouco, mas tal também acontece porque talvez tenhamos andado à “procura de fantasmas”: os famosos “habitats”, ou povoados, ou supostamente “aldeias” onde as pessoas se polarizariam, e que podem nunca ter existido – por que haveria o povoamento de ser de tipo concentrado, e não, por exemplo, disperso?...

Aqui, algumas interpretações de “pré-historiadores” jogam em harmonia perfeita com a imagética de bandas desenhadas, ou livros ilustrados para a juventude – com a mesma candura lá vemos, ou imaginamos, as cabanas familiares, o fumo das refeições a sair dos telhados de colmo, as mulheres a moerem o grão ajoelhadas no chão, os homens a apascentarem uns rebanhos de ovicaprídeos em terrenos próximos, o cereal a crescer, e num momento de morte o cadáver a ser levado em procissão para o sepulcro colectivo, qual jazigo de família contemporâneo.

Os “quadros” devem ter sido muito diferentes uns dos outros de zona para zona, de época para época. Compete-nos agora construí-los pela primeira vez, como uma síntese pensável, inteligível. Mas há que evitar as visões demasiado domesticadoras do passado, convertendo-o num mundo infantil e maravilhoso, num refúgio demasiado simplificado do presente... como o seu duplo mítico (espécie de “casa de férias” conceptual do nosso quotidiano complexo, tenso, disperso, e tendencialmente insuportável).

Pensando não em termos de “visibilidade de um observador terrestre”, mas celeste (como no exemplo do Peru, dado atrás, ressalvadas todas as abissais diferenças) poderíamos ainda conceber a hipótese das necrópoles ditas “megalíticas” terem sido feitas para serem imaginariamente observadas de “cima”. Para os seus construtores elas seriam então montículos dispostos num “mapa abstracto”, celestial.

A questão, então, será: é verosímil que sociedades segmentárias, domésticas, linhageiras – como queiramos chamar-lhes – concebessem “paisagens artificiais” para serem vistas por “seres” de escala tão ampla?... e, sobretudo, comporiam elas, a essa escala, a essa distância teórica, algum tipo de padrão recorrente que sugerisse a plausibilidade da hipótese?... duvido um pouco... mas a sugestão aqui fica para os colegas que investigam nesta área.

Se admitirmos que o “fenómeno megalítico” durou pelo menos um milénio, ele foi muito diversificado ao longo do tempo, sofreu transformações, e foi evidentemente “minoritário”, como referi. Quer dizer, os “túmulos”, como disse um autor britânico, eram mais para os vivos do que para os mortos (dicotomia, assim crua-mente posta, com pouco sentido em muitas sociedades, como sabemos). Mesmo naqueles monumentos tradicionalmente ditos de “enterramento colectivo” (expressão sobremaneira ambígua) onde há centenas de esqueletos (como em França, na Grã-Bretanha, etc.), tudo indica que esse “apogeu” correspondia a uma fracção da população – provavelmente, tal como em épocas anteriores, uma fracção mínima, rigorosamente “escolhida” para “jazer” ali, não ao modo do “enterramento” moderno (libertação dos mortos), mas como uma relíquia manipulável (relação simbólica com alguns despojos de antepassados).

O “modo de enterramento megalítico” – conceito elaborado pelos nossos antecessores arqueólogos, e não, provavelmente, pelos nossos antepassados neolíticos –

não foi, repito, o modo típico de nenhuma época, mas simplesmente o mais visível, monumental, arquitetonicamente elaborado em materiais não perecíveis.

Trata-se de criptas, espaços minúsculos, escuros, *fechados*, incomparáveis com o exterior *aberto* dos “plateaux” onde os montículos se espraiam. E esse deveria ser precisamente o efeito pretendido – o de contraste abrupto entre um interior e um exterior, rapidamente obturado por uma última fase de construção que consistia no fecho do corredor e seu átrio através de uma elaborada obra de “condenação”. Momento crítico, que fez com que em alguns casos essa seja a zona ainda hoje mais bem preservada da estrutura.

Um dólmen de corredor com átrio era pois uma “construção a dois tempos”: o tempo da arquitetura da cripta, seu acesso, e mamoa envolvente; e o momento do encerramento do corredor e do átrio, não menos importante do que o anterior – porque era talvez o momento do encerramento do “segredo” que a cripta continha, ou passava a conter – na medida em que sobre o invisível, o inacessível, é possível toda a sorte de divagações e invenções “narrativas”.

Ou seja, estamos perante receptáculos de relíquias, lugares de culto, pontos de referência de uma “paisagem” lassa, talvez pouco densificada em termos demográficos, pouco hierarquizada provavelmente – uma “paisagem” onde não encontramos, aparentemente, uma grande “pressão” sobre o solo, sobre o espaço vital e “produtivo” (no sentido mais amplo) em que as comunidades se implantavam. Que quero dizer com estas frases vagas?

Pretendo referir que o chamado “megalitismo” é uma forma de intervenção arquitectónica que tem por fim organizar certos espaços de sociedades que, provavelmente, se baseavam em unidades domésticas pouco diferenciadas entre si, onde havia ainda muito terreno “livre” para colonizar, onde não haveria “stress” em relação à “ocupação” (não apenas “funcional”, mas vivencial, não no sentido de uma “house”, mas de uma “home”) do solo.

A “identificação” de cada grupo poderia realizar-se em função de antepassados míticos, “guardados” nas tumbas, e servindo de referência identitária a toda a comunidade.

Até que ponto certas linhagens emergiriam como mais antigas, ou prestigiadas, ou “poderosas” do que outras – não o sabemos, mas é possível. A “condução de obra” seria certamente feita por líderes, mas estes não deveriam nem ser hereditários, nem apresentar muito notórias diferenças de riqueza, de poder, de capacidade de relação com líderes de outras regiões vizinhas, que os tornassem num conjunto de pessoas *permanentemente* diferenciadas das restantes.

Isso pelo menos não parece indiciado na realidade arqueológica ao nosso dispor. Não estamos perante sociedades hierarquizadas, pelo menos na fase neolítica das necrópoles, nem muito menos diante de comunidades que tenham deixado no território sinais de uma ocupação continuada, intensa, de certos locais. Não há, repito, “aldeias” na realidade arqueológica conhecida (ou seja, no impropriamente chamado “registo arqueológico”).

Não se trata de facto, ao que tudo indica, de comunidades aldeãs, como no Próximo Oriente neolítico, mas de outro tipo de comunidades linhageiras, com

relativa mobilidade no território, e certa diferenciação social baseada na tradição dos antepassados e no carisma dos líderes.

Uma sociedade que não nos deixou, no Norte de Portugal, uma grande abundância de imagens portáteis (uma arte móvel, objectos individuais ricos, “ídolos”), mas se concentrou na excepcional arquitectura dos “túmulos/santuários”, e na sua rica decoração interna, parietal, gravada e/ou pintada – tudo isso acentuando (pelo menos em termos simbólicos) a *importância da comunidade sobre o indivíduo*.

Mesmo a figura humana, quando é representada, nos dólmenes portugueses, nunca tem um papel de destaque – é pequena, insere-se num quadro de figurações extremamente elaborado, onde homem e cosmos constituem uma unidade, e onde o ser humano se não “impõe” a tal cosmos, mas antes é este que constitui a moldura onde a figura humana (ou um híbrido animal/humano) clara e “obedientemente” se encaixa.

Tanto ou mais do que a própria arquitectura, a chamada “arte megalítica”, como mostrei em trabalhos anteriores, revela-se elaborada, refinada, complexa, contida, e sujeita a um sistema organizado de permutações figurativas, girando em torno de um número limitado de “motivos” e suas formas de associação. Parece que alguns colegas, que trabalham muito nesta área, publicando novos casos com abundância, ainda não terão “realizado” (passe o anglicismo) a indispensabilidade de uma perspectiva mais estrutural, sintética, visando perceber o substrato ideológico destas manifestações, e não se quedando numa actividade meramente acumulativo/descriptiva de “dados” sobre as mesmas. Conhecer não é só acumular observações, informações, mas sobretudo reorganizar as informações em novas ópticas. Não é só aumentar a potência das lentes – se me é permitida a metáfora da visão – é, antes de mais, mudar radicalmente de óculos. Descobrir *novas formas possíveis de interpretar* – percebendo que podemos estar a ser ludibriados por aquilo que nos parece óbvio. O que nos parece óbvio é frequentemente a projecção não reflectida dos quadros correntes de compreensão da nossa realidade doméstica, tornados hábitos, e portanto aparecendo como *inquestionáveis* aos espíritos não reflexivos...

O carácter lasso do espaço exterior “megalítico” parece assim contrastar com a organização extrema do espaço interno da cripta – um dispositivo microcósmico para “guardar um segredo”, para o monumentalizar, mas para o unir com a terra e com a perenidade da pedra.

Os monumentos megalíticos, na sua dispersão no terreno, parecem ser formidáveis metáforas físicas de uma certa forma de conceber o mundo, acessível à “arte” habilidosa de uma pequena comunidade, nos intervalos dos seus outros “afazeres”. Mas a qual poderia recorrer, se necessário, à ajuda de diferentes comunidades vizinhas, assim estabelecendo, pela acção prática, pactos – implícitos ou explícitos – de reciprocidade e cooperação.

Uma comunidade que transformou certas paisagens por adição sucessiva de módulos, mas nunca marcou a totalidade dos territórios, pelo menos visualmente, com esses dispositivos. Concentrou a “ordem” em espaços internos, escuros; espaços de segredo e de silêncio, protegidos pela “teofania” das lajes de pedra bruta.

Estas observações parecem ser válidas, naturalmente como hipóteses, para o Norte de Portugal, exigindo cautela a sua aplicação, ou não, a outras regiões peninsulares e europeias, até porque o termo “megalitismo” alberga, como sabemos, uma pluralidade tal de sentidos que praticamente lhe retira qualquer interesse operativo, como tenho reiteradamente afirmado. Pensar apenas em “megálitos” é pensar na ponta do icebergue de formas de sociedade que conhecemos ainda muito mal.

A lógica aditiva, lassa, de multiplicação de módulos, do “megalitismo” neolítico, parece contrastar profundamente (como S. O. Jorge e eu próprio, com outros autores, temos dito em vários trabalhos), com a realidade das colinas monumentalizadas calcolíticas (genericamente, III-II mil. a. C.), que vamos encontrar, sensivelmente, um milénio depois, no Norte de Portugal.

Não se tratará aqui, muitas vezes, sobretudo de “recintos”, como frequentemente nós próprios temos afirmado. Trata-se mais – pelo menos nalguns casos, e na fase de “apogeu” deste tipo de construções – de “abraçar” num mesmo “monumento”, ou “projecto”, toda uma colina, normalmente debruçada directamente sobre um vale (embora em certos casos do seu alto se possa abarcar mais do que um sistema fluvial). Isso é notório, por exemplo, em Castelo Velho de Freixo de Numão. E, muito provavelmente também, em Castanheiro do Vento, de Horta do Douro (V.<sup>a</sup> N.<sup>a</sup> de Foz Côa) – basta lembrarmo-nos da fachada monumental que ele volta à ribeira da Teja. Portanto, “colinas monumentalizadas” é talvez uma expressão mais propícia para caracterizar este tipo de sítios.

Alguns colegas, quando lhes referimos que *a colina, no seu todo – e nomeadamente na fachada que se voltava ao vale – é que era o monumento, e não apenas a parte superior da elevação*, ficam perplexos.

Que provas temos para tal afirmação, se os recintos principais se encontram no cimo? Não se trata então de “sítios de altura” (segundo uma consagrada expressão, sobretudo entre os numerosos adeptos da “tese militarista”, que teimam em considerar este tipo de sítios como “povoados fortificados”, ancorados ao empirismo da evidência)?... A esses, digo: creio que não se trata, nos casos em referência, de “sítios de altura”, nem essa expressão é útil neste caso para caracterizar os prováveis papéis destes locais. Por quê?

Primeiro, porque sempre que foi possível fazer estudos (nomeadamente escavações) mais extensivos, abrangentes, se verificou que as estruturas monumentais não se limitavam aos topos, mas se expunham aos vales fronteiros, abarcando as encostas. Em princípio, essas estruturas eram para ser vistas dos vales, para de algum modo se “imporem” a uma área produtiva relativamente ampla.

Mas, e se a vegetação da época não permitisse tal visibilidade? Essa objecção não colhe. Porque o facto de aparecerem carvões ou pólenes de espécies arbóreas nos sítios arqueológicos, não prova a sua existência nas zonas imediatamente envolventes, *que podiam ser precisamente desarborizadas como parte do seu processo de construção cenográfica*.

Neste aspecto, as “reconstituições” paleobotânicas não são argumento válido para rebater a nossa interpretação, ou hipótese. Um conjunto de árvores, mesmo de grande porte, abatia-se ou incendiava-se num instante, se compararmos tal trabalho

com a da construção, usando materiais lítico-argilosos, dos locais, sendo que os carvões ou outros vestígios encontrados até podiam ser considerados, precisamente, não como testemunhos da vegetação envolvente, mas como restos da sua destruição/reutilização.

É por isso que é preciso ter cuidado com a precipitação de certas conclusões paleo-ecológicas, sobretudo se feitas por especialistas muito competentes na sua matéria, mas *às vezes* completamente fora do espírito e da problemática da arqueologia pré-histórica, que é uma ciência com outras regras e com outras formas de racionalidade...

Todavia, poderia ainda perguntar-se: e se a visibilidade (ou intervisibilidade dos sítios) não fosse assim tão importante na época, como a imaginamos hoje? Não estaremos a cometer o pior dos anacronismos, o de atribuir a populações, cuja cosmologia desconhecemos, a obsessão em relação ao sentido da visão que hoje nos caracteriza?

Esta objecção é mais séria, e é um facto que a marcação de um espaço, a simbolização de uma “paisagem”, não precisava nem de ser monumental (pelo menos no sentido de uma “monumentalidade em altura”), nem durável, nem de recorrer a elementos *expostos*, como seria uma rede intervisível de sítios topograficamente dominantes. Essa aparece apenas como a hipótese mais plausível para nós, hoje, com os nossos conhecimentos necessariamente datados.

Mas é admissível que, como aconteceu em tantos lugares e épocas, muitos elementos fossem escondidos, fechados, discretos, e não só não se impusessem ao olhar, como fossem intencionalmente “condenados” para todo o sempre. Prova disso temos-a em Castelo Velho de Freixo de Numão, cuja escavação intensiva e extensiva revelou um trabalho exaustivo – durante a pré-história – da rocha-mãe, na qual se implantaram estruturas ou se realizaram depósitos (por exemplo, de vasos inteiros).

Mas – e aqui é que é o ponto fundamental – não conheço nenhuma sociedade que tenha investido na construção de espaços formais, mais ou menos monumentais, e portanto relativamente estáveis, para a qual estes não fossem um pólo importante de organização do seu território, como locais de encontro, de celebração de festas, de realização de rituais, etc., e onde cenários fixos, com estruturas murárias, barreiras à progressão do movimento dos corpos, etc., não tivessem exercido um papel correspondente ao esforço construtivo e de manutenção que exigiram.

Segundo aspecto: mesmo que (sempre, por absurdo, ou só nalguns casos, por hipótese), apenas os topos das colinas fossem monumentalizados, ou alvos de “esforço transformador”, arquitectónico – o que é improvável – essa “marcação” *abrangeria semiologicamente a colina como um todo*. Como numa escultura de Cutileiro, em que uma face de mulher pode irromper da superfície exterior de um bloco de mármore, mas é este no seu todo que constitui a obra, que corresponde à “ideia”, valorizando tanto o que se transformou, como o que ficou “em bruto”. Pois ambos os aspectos estão interligados, funcionam dialogicamente ao nível da percepção do observador, criam uma relação tensional entre si.

Esta relação pode não ser só um facto da nossa cultura, um etnocentrismo como aqueles que passo a vida a criticar, mas sim ser, pelo contrário, generalizável a outros

tempos e lugares. A inscrição de um signo não se faz nunca num vazio, num espaço neutro, mas faz-se num contexto – previamente escolhido ou não, admitamos por hipótese – *tornando signifiante todo esse contexto*. Para mim, isto é evidente.

Ao monumentalizarem colinas, transformando profundamente espaços antes “naturais” (o que não quer dizer que já não fossem investidos de significações, como autores como R. Bradley mostraram), e já não apenas aporem montículos num território aberto e lasso, como no caso de muito megalitismo neolítico – as populações do Calcolítico estavam a criar um novo tipo de paisagem – e, provavelmente, um novo tipo de sociedades... Claro que tanto as “necrópoles megalíticas” como as “colinas monumentais” são intervenções no território, mas a escala respectiva, de umas e outras, é muito diferente. Não perceber isto, quanto a mim, é deixar escapar o essencial desta problemática... ora, o que por vezes confrange é que os melhores arqueólogos investem quantidades de energia imensas para compreender os locais que estudam, descendo – e bem, claro – à micro-análise, mas às vezes não se entendendo, perdendo a lucidez, ao nível da visão mais sintética, essencial para a compreensão das sociedades e das suas representações. Sociedades e representações que são construções, hipóteses, modelos nossos, contemporâneos, *como não podia deixar de ser...* não se trata de atingir aqui uma mítica “verdade acontecida”. Mas também não se trata de cair no extremo oposto de um “desconstrutivismo” relativista, interpretando mal o termo “simulação”, que é uma hermenêutica, uma forma de aproximação a um “ideal de verdade”, sem o qual não há conhecimento científico, pautado pela “prova” ou possibilidade de reverificação, mas apenas ficção ou delírio). Devemos é mobilizar modelos tanto mais interessantes quanto implicando o mais possível os ensinamentos das ciências sociais e humanas contemporâneas. *Agora é que o passado está a acontecer, está a ser por nós produzido, visto que, no passado, isso era então presente, vivência, muitas vezes opaca, e até difícil ou impossível de perceber (no sentido que tem para nós, hoje, perceber). Não se trata de recuperar vivências pela imaginação, de as representificar como presentes, mas de as representar como passados, isto é, como elos inteligíveis do devir, pontes entre eles e nós. Trata-se de construir história, se quiserem, mas não no sentido da literatura (fazer ressentir como verdade, pela pesquisa estética, projectando-nos, mergulhando no passado), e sim no sentido em que a história é uma componente das ciências sociais e humanas (reconstituir como explicação verosímil, isto é, situada no presente, e nunca dele saindo, porque visando dar um sentido às paisagens actuais)*. São duas “démarches” inconfundíveis, totalmente diferentes uma da outra, embora nada impedindo que, ao nível do investigador, da sua “poiesis” pessoal, elas se con-fundam, se misturem, e mutuamente se reforcem – pelo contrário, como tenho constantemente afirmado. Mas não identifiquemos conceptualmente o plano da vivência com o plano da epistemologia.

Do ponto de vista de quem se encontrava no interior de tais recintos, seriam *críticas* (isto é, simbolicamente muito significativas) as “janelas” (passagens, portas, como se lhes queira chamar) em que os muros (provavelmente de barro) deixavam entrever, por tais aberturas, as paisagens circundantes, provavelmente não visíveis – a contrário de hoje, em que tudo está reduzido aos alicerces – de outros pontos do interior destes dispositivos.

Trata-se de um tópico que temos de desenvolver melhor em próximos trabalhos, percebendo a que zonas de paisagem se virava cada “porta”, se a sua localização tinha qualquer conotação astronómica, por exemplo, e se, através daí, e de outros indícios, será possível perceber contemporaneidades nestas “entradas”, ou seja, quais as que estavam simultaneamente activas, e quais as que em cada momento tinham sido já obturadas ou estavam a ser “abertas”.

No fundo, precisamos de perceber bem a especificidade de cada local, enquanto vamos tentando articular cada particularidade com outros aspectos, tentando sempre que possível “subir de escala”, ao nível da elaboração constante de um quadro de hipóteses plausíveis.

Este texto, que de início se pensou como curto, vai já bastante longo. A uma semana do início da sétima campanha de trabalhos em Castanheiro do Vento, julgo ser de concluir, aqui, aquilo que seria virtualmente inconcluível, e passar (depois do apêndice bibliográfico que se segue – alínea 3) do teclado ao colherim. Até ao próximo texto, leitor.

### **3. Alguma da bibliografia consultada (e certas reflexões feitas sobre a mesma) durante a preparação deste ensaio**

As obras marcadas com asterisco (\*) considera-as como características – entre outras – de uma embrionária “escola do Porto”, ainda em gestação (desde os finais dos anos 70, princípios dos anos 80 – estes processos são longos...), no estudo das arquitecturas pré-históricas peninsulares. Esse processo vem tentando romper (à medida que vai percebendo a sua ineficácia anterior), com as formas tradicionais, ainda muito correntes, embora quanto a nós esgotadas e anacrónicas, de encarar estes problemas.

Como se dá o aparecimento progressivo desta “escola”?

Com a vinda para o Norte de Portugal de uma série de investigadores do Sul, após o 25 de Abril de 1974.

Em 1978 o signatário inicia escavações na Serra da Aboboreira (distrito do Porto), para a sua tese de doutoramento. Percebendo o carácter inócuo da pesquisa individual, convida nesse ano outros jovens investigadores (nomeadamente reunidos em torno do GEAP), que participam, ou iniciam escavações, logo nesse ano e/ou no seguinte. Em 1980 nasce a revista semestral *Arqueologia*. O projecto do C.A.S.A., o GEAP e a *Arqueologia* interagem dinamicamente com a Faculdade de Letras do Porto (v. S. O. Jorge, 2003), contribuindo para a participação de muitos estudantes, não só em escavações, mas num autêntico movimento renovador.

Nos anos 80 são apresentadas uma série de dissertações de doutoramento, entre as quais a do próprio signatário (ver adiante) e a de S. O. Jorge (1986), que por completo reestrutura a pré-história do Norte do país, preparando as sínteses sobre a pré-história do conjunto do nosso território – pela primeira vez perspectivadas a partir do Norte – que aquela autora dá à estampa em 1990 (Presença) e em 1999 (Gradiva). Entretanto, a proliferação dos novos investigadores, das áreas estudadas, dos temas abordados, por

todo o Norte de Portugal, é enorme, como a própria revista *Arqueologia* testemunha, desde o seu primeiro volume, de Junho de 1980. Maria de Jesus Sanches e João Pedro Ribeiro vêm engrossar o elenco de docentes de pré-história da FLUP, enquanto noutras universidades, e pontos do país, pessoas emanadas da, ou de algum modo influenciadas pela “experiência do Porto” desenvolvem também pesquisas.

S. O. Jorge inicia em 1989, a convite dos Serviços Regionais de Arqueologia do Centro do IPPC, e em colaboração com a ACDR de Freixo de Numão, o estudo do Castelo Velho, abrindo uma nova frente de trabalhos no interior do país – aquilo que viria a ser um trabalho pioneiro nas arquitecturas de recintos murados, neste caso utilizando como alicerces a rocha xistosa local. Até hoje passaram pelo Castelo Velho *milhares* de estudantes portugueses e estrangeiros, sobretudo espanhóis, prolongando uma escola de campo iniciada na Aboboreira (com outros tantos *milhares* de pessoas a participar) e prosseguida em Castro Laboreiro (no início dos anos 90) – e em diferentes outros sítios do Norte e Centro de Portugal, sob a direcção de variados colegas, que se torna impossível aqui referir.

Acabada em 1994, para o signatário, a fase dos seus estudos sobre “megalitismo”, e iniciada em 1998 – sobretudo com a colaboração de João Muralha – a pesquisa de um sítio do mesmo concelho e do tipo de Castelo Velho (Castanheiro do Vento), foi uma etapa nova que se iniciou. Naquele ano de 94, na sua agregação, S. O. Jorge desmistificou a pretensa unidade dos chamados “povoados fortificados calcolíticos” ibéricos. O corte epistemológico assim produzido está ainda hoje a produzir positivas “ondas de choque”.

A partir dessa importante acção interpretativa de “desbloqueamento mental”, foi-nos possível cada vez mais perceber, a partir de 1999/2000, que estávamos perante locais que se integravam na problemática europeia dos recintos (neste caso de Foz Côa, colinas monumentalizadas com estruturas – de muros, plataformas, rampas/taludes – de argila e materiais percíveis sobre alicerces de pedra) mais diversificada e complexa do que a do próprio “megalitismo”.

*Tínhamos de arrastar epistemologicamente estes sítios da sua imagem tradicional, obcecada com as “fases de ocupação” e respectiva datação, e com os “materiais-diagnóstico” de cada fase (sobretudo cerâmica, o tipo de artefacto mais abundante), para uma nova etapa, a do entendimento destes locais como dispositivos arquitectónicos próprios, com toda uma polissemia em óbvia relação com a paisagem. Não um território “funcional” envolvente, de captação preferencial de recursos, mas uma realidade vivida, pensada, representada, isto é, uma realidade habitada por seres humanos, uma forma muito particular de organismos...*

Ao fazê-lo, com Castelo Velho e sob a visão de S. O. Jorge antes de todos, e agora reforçada com a experiência extraordinária de Castanheiro do Vento, estávamos (estamos) a repetir, de outro modo, o corte epistemológico-metodológico fundamental que a escavação da mamoa 3 de Outeiro de Ante (Aboboreira) tinha produzido em 1978, ao investigar pela primeira a totalidade de um “tumulus”, “versus” a tradicional concentração na câmara megalítica e seu “espólio” funerário. Como o Prof. G. Eogan, da Univ. de Dublin, de visita aos trabalhos, logo nesse ano reco-

nheceu, a mudança de escala e de problemática era evidente (embora intuitiva, sem ninguém a dirigir-nos efectivamente, mas conduzida pela reflexão e pelas observações e leituras de obras estrangeiras), e iria – como ele mesmo profeticamente ali disse – ter repercussões enormes na renovação dos estudos do megalitismo ibérico.

No meu caso, para a compreensão do que realmente se passa nas investigações de Freixo de Numão/Horta do Douro (do que de novo está a emergir ali), foi muito útil a experiência obtida em arquitecturas “megalíticas” (não apenas as que escavei, mas as que pude observar em curso de investigação em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente na Bretanha, na Vendaia e na Irlanda – nesse aspecto estou profundamente devedor a Giot, Le Roux, Helgouach, Briard, Joussaume, Eogan, entre outros).

É que os *recintos europeus* (quer com fossos, quer com muros, quer com ambos), *no caso de estarem situados em pontos destacados da paisagem* (porque os há muitos, e de variados tipos, em diferentes implantações, como é bem sabido) foram, até há alguns anos, dominados por dois tipos de obsessão interpretativa, que serviram de ecrã à sua compreensão mais complexa.

1º – Como se situavam em locais de altura, e eram providos de barreiras físicas, só podiam servir para a defesa. A tese “militarista” é indiscutível, quase, para a maioria dos autores, alguns dos quais até escrevem livros sobre a “guerra” na pré-história, como se esta fosse um “universal” trans-histórico (o homem como o animal conflitual por natureza), livros esses que servem dois objectivos – entretêm o gosto do público sobre o pitoresco dos “mortos e feridos”, sobre uma pré-história do “maravilhoso”, vendendo bem, e distraem da verdadeira impotência dessa mesma pré-história positivista-empirista em chegar a conclusões culturalmente interessantes para uma clientela intelectualmente mais exigente. Ou seja, para uma arqueologia integrada no seio e na problemática das ciências humanas e sociais. Compensam a sua fragilidade com o espectacular e comercial, tão próprio da sociedade “pós-moderna”; mas esses livros “grand public” não ficarão para a história do pensamento, mas para a margem do seu anedotário.

2º – Definida a respectiva arquitectura em termos gerais, e porque quase nunca muito monumental ou bem conservada (ao que a escavação, tantas vezes parcial, em nada ajudou), estes locais eram trabalhados essencialmente como contentores de camadas estratigráficas e, estas, por sua vez, como contentores de “peças” (ou, no máximo, por contextos localizados, às vezes permitindo uma interpretação “generalizável” ao todo) mais fáceis de observar, recolher, “datar” e tratar tipologicamente (muitas vezes, consciente ou inconscientemente, à procura de “fósseis directores” que indicassem a cultura” a que pertenciam) a partir de escavações de pequena escala, ou de simples sondagens.

Quando, em alguns casos, a parte existente do monumento foi mais extensivamente escavada e “restaurada”, ou (devido à própria “massa de dados” agora difícil de tratar) ainda não se publicou de forma exaustiva, e de modo a que permita reanálise segundo outra perspectiva (caso por exemplo de Los Millares, para sempre paradigma deste tipo de sítios na Península ibérica), é muito difícil recuperar a história das “transformações” que o sítio sofreu, realizadas pelos próprios arqueólogos, até ao estado em que se encontra hoje.

Revertendo à questão da “escola do Porto”, não gostaria de criar, com ela, um novo mito, nem mesmo se ele fosse, como tal, um mito mobilizador (utopia, sempre importante) para novas vocações, ou para os jovens que me lerão procurando legitimamente o seu próprio caminho (o que é o contrário da auto-suficiência). Naturalmente que, pela sua própria definição, uma “escola” (ou modo de pensar) não tem limites, e só se deseja que esteja em permanente diálogo e “contaminação” (no bom sentido!) com outros investigadores, como de facto tem estado. Quer esses investigadores por vezes não citem trabalhos que acreditamos que leram, ou não queiram reconhecer publicamente a “herança” recebida. Pouco importa: a história da arqueologia portuguesa, que ainda não existe, investigará de futuro essas complexas articulações.

O importante é o presente, e a orientação que, neste presente, é fundamental ser dada aos jovens que procuram, pelos seus doutoramentos, afirmar-se como investigadores. É esses que sobretudo queremos envolver numa esfera positiva e aberta (contrária a tudo quanto sejam grupos fechados) de uma arqueologia pré-histórica reflexiva e crítica, ou seja, integrável de pleno direito nas “praças” da cultura contemporânea, e tanto quanto possível libertada da herança histórico-cultural tradicional, ainda dominante na Península ibérica (e, diga-se a verdade, na maior parte, para não referir em todos, os outros países...). Ao contrário do que julgam alguns, entusiasmados com grandes projectos e obtenção de infra-estruturas modernas de trabalho “per se”, que implicam novos patamares financeiros, esta superação de paradigma é tão ou mais importante quanto essas “condições de trabalho”. Ou seja, e para não ser mal entendido: só vale a pena criar instituições, redes de contactos internacionais e meios financeiros – naturalmente imprescindíveis, em todas as épocas, e hoje mais do que nunca! – se se tiver uma ideia correcta de objectivos a atingir e uma via consequente de reflexão a prosseguir. Senão, tudo não passa de espectáculo sem conteúdo, de gesticulação perdida – eventualmente criadora de protagonismos, carreiras, postos de trabalho – mas destinada ao esquecimento rápido. É melhor pouco e bom (o que exige sobretudo *tempo de reflexão*), que muito e oco (ganância da atitude “topa a tudo”, mas sem tempo para ler, e para estudar o território minuciosa e lentamente à escala regional e local); mas, é claro, *muito e bom, e para todos, é mesmo o ideal que julgo que qualquer mente sensata obviamente deseja*.

Dito isto, creio que a arqueologia portuguesa, incluindo a da pré-história, do Norte ao Sul do país, tem hoje em dia muitos autores, ou promissores autores, de qualidade. Eles não deixarão de estar atentos ao que fazemos, escrevemos, e dizemos, *não praticando a conhecida* (e impotente, a prazo) *“estratégia do silêncio” (sistematicamente não citar os outros, prosseguindo no caminho autista de se “fechar no casulo” e de produzir “mais do mesmo”) para fazer de conta – em plena sociedade dita da informação e da comunicação – que nada de novo está a acontecer aqui*.

– Burgess, Colin, Topping, Peter, Mordant, Claude & Maddison, Margaret (1988), *Enclosures and Defences in the Neolithic of Western Europe*, Oxford, B.A.R., “International Series”, 403 (2 vols.)

- Colomer, Albert, Coularou, Jacques & Gutherz, Xavier (1990), *Boussargues (Argeliers, Hérault). Un Habitat Ceinturé Chalcolithique: Les Fouilles du Secteur Ouest*, Paris, Ed. Maison des Sciences de l'Homme.
  - Cumings, Vicky & Whittle, Alasdair (2004), *Places of Special Virtue. Megaliths in the Neolithic Landscapes of Wales*, Oxford, Oxbow.
  - Darvill, Timothy & Thomas, Julian (2001), *Neolithic Enclosures in Atlantic Northwest Europe*, Oxford, Oxbow Books.
  - Descolla, Philippe & Pálsson, Gísli (1996), *Nature and Society. Anthropological Perspectives*, Routledge, London.
  - Ingold, Tim (2000), *The Perception of the Environment. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*, London, Routledge.
  - Jorge, Susana Oliveira (2003), A Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Pré-história do Norte de Portugal: notas para a história da investigação dos últimos 25 anos, *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, Porto, Liv. Civilização, vol. III, pp. 1453-1482.
  - \*– Jorge, Susana Oliveira (2003), Revisiting some earlier papers on the late prehistoric walled enclosures of the Iberian Peninsula, *Journal of Iberian Archaeology*, 5, pp. 89-135.
  - Jorge, Susana Oliveira (coord. de) (2003), *Recintos Murados da Pré-história Recente*, Porto, Coimbra/DCTP-FLUP, CEAUCP.
  - \*– Jorge, Susana Oliveira (2003), “Cenografias monumentais pré-históricas: tópicos para uma reflexão”, *Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapolis*, Porto, Coimbra/DCTP-FLUP, CEAUCP, pp. 63-83.
  - \*– Jorge, Susana Oliveira Jorge (2003), “Pensar o espaço da Pré-história recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica”, *Recintos Murados da Pré-história Recente*, Porto, Coimbra/DCTP-FLUP, CEAUCP, pp.13-50.
  - \*\* – Jorge, Susana Oliveira et al. (no prelo, em versão portuguesa e inglesa), “Reflexões preliminares a propósito de formas de organização do espaço e de técnicas de construção em sítios pré-históricos recentes (Calcolítico/I. Bronze) do tipo de Castelo Velho e de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) –semelhanças e diferenças em relação às construções megalíticas e afins”, Évora, Fundação Eugénio de Almeida, Janeiro 2003, Colóquio “Sinais de Pedra”. Este trabalho apresenta, naturalmente entre outros aspectos, um quadro comparativo, *intencionalmente esquemático e muito simples*, das arquitecturas “megalíticas” e “de recintos”, que nos parece ser fundamental para a problematização dos temas abordados neste ensaio, pelo menos à escala peninsular.
  - \* – Jorge, Vítor Oliveira (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto – os Monumentos e a sua Problemática no Contexto Europeu*, Porto, Faculdade de Letras da UP (dissertação de doutoramento em 2 vols, policopiada, dirigida por J. Roche e C. A. F. de Almeida). Uma edição do 1º volume, com c. de 100 exemplares – texto, com c. de 1.000 p. – foi distribuída pelas bibliotecas da especialidade. Algumas bibliotecas possuem também o 2º vol. (ilustrações). Esta tese foi quase integralmente publicada sob a forma de artigos, alguns deles inseridos em livros facilmente acessíveis. Considero esta dissertação de doutoramento (a primeira de uma nova geração de universitários consagrados à pré-história) *apenas* como um vasto programa de pesquisas que, não obstante, julgo terá ajudado a relançar o tema do megalitismo, em toda a sua complexidade, à escala peninsular (pelo menos ao nível da Galiza e da Meseta).
- Pena é que as áreas transfonteiriças (Norte de Portugal – Galiza – Castila-León) nunca tenham conseguido, neste e noutros aspectos da pré-história, pôr de pé projectos de trabalho em comum, estando os elementos das universidades do NW peninsular reduzidos a contactos esporádicos e

- particulares, e verificando-se nestas zonas fronteiriças poucas escavações extensivas, sistemáticas, regularmente publicadas, por parte da Espanha, o que extraordinariamente inibe o desenvolvimento da pesquisa no nosso país.
- Jorge, Vítor Oliveira (1987), *Projectar o Passado*, Lisboa, Ed. Presença.
  - Jorge, Vítor Oliveira (1990), *Arqueologia em Construção*, Lisboa, Ed. Presença.
  - Jorge, Vítor Oliveira (2000), *Arqueologia, Património e Cultura*, Lisboa, Instituto Piaget.
  - \* – Jorge, Vítor Oliveira et al. (2002), “Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper and Bronze Age sites in northern Portugal, *Monuments and Landscape in Atlantic Europe. Perception and Society During the Neolithic and Early Bronze Age* (ed. C. Scarre), London, Routledge, pp. 36-50.
  - \* – Jorge, Vítor Oliveira et al. (2003), “A propósito do recinto monumental de Castanheiro do Vento (V.ª N.ª de Foz Côa)”, *Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metapolis*, Porto, Coimbra/DCTP-FLUP, CEAUCP, pp. 79-113.
  - \* – Jorge, Vítor Oliveira (2003), *Olhar o Mundo como Arqueólogo*, Coimbra, Quarteto Ed. (sobretudo parte III).
  - \* – Jorge, Vítor Oliveira (2003), *A Irrequietude das Pedras. Reflexões e Experiências de um Arqueólogo*, Porto, Ed. Afrontamento (nomeadamente parte II, caps. 3, 4 e 5).
  - Jorge, Vítor Oliveira (coord.de) (2003), *Arquitectando Espaços: Da Natureza à Metapolis*, Porto, Coimbra/DCTP-FLUP, CEAUCP.
  - Laín Entralgo, Pedro (2003), *Corpo e Alma*, Coimbra, Almedina.
  - Lévy, Pierre (2003-6ª ed.), *O Que é o Virtual?*, São Paulo, Ed 34.
  - Marquez Romero, José Enrique (2003), “Recintos prehistoricos atrincherados (RPA) en Andalucía (España): una propuesta alternativa”, *Recintos Murados da Pré-história Recente*, Porto, Coimbra/DCTP-FLUP, CEAUCP (coord. S. O. Jorge), pp. 269-284.
  - Mohen, Jean-Pierre (dir. de) (1989), *Le Temps de la Préhistoire*, Dijon, Société Préhistorique Française/Archeologia, tome 2. Ver sobretudo, pela sua exemplaridade de um certo tipo de raciocínio – que no entanto muitas vezes levanta interessantes problemas e questões interpretativas – os textos de X. Gutherz (pp. 118-123), D. Mordant (pp. 129 -133 – “Les enceintes néolithiques”), Jean-Pierre Nicolardot (pp. 134-138 – significativamente intitulado “L’habitat fortifié protohistorique”), F. Audouze (pp.140-142) e, a cumular, O. Buchenschutz (pp. 148-150, intitulado “Oppidum”).
  - Oswald, Alastair, Dyer, Carolyn & Barber, Martyn (2001), *The Creation of Monuments. Neolithic Causewayed Enclosures in the British Isles*, Swindon, English Heritage.
  - Steiner, George (2002), *Gramáticas da Criação*, Lisboa, Relógio d’Água ed.
  - van Dommelen, Peter (2000), “Exploring everyday places and cosmologies”, *Archaeologies of Landscape. Contemporary Perspectives* (eds. Ashmore & Knapp), Oxford, Blackwell, pp. 277-285.
  - VV.AA. (1983), *Enclos Funéraires et Structures d’Habitat en Europe du Nord-Ouest*, Rennes, Université de Rennes-Beaulieu.
  - VV.AA. (1989), *Enceintes, Habitats Ceinturés, Sites Perchés du Néolithique au Bronze Ancien dans le Sud de la France et les Régions Voisines*, Montpellier, Société Languedocienne de Préhistoire.
  - VV.AA. (2004), *O Processo da Crença*, Lisboa, Gradiva.
  - Wenenburger, Jean-Jacques (1981), *Le Sacré*, Paris, P.U.F.
  - Whittle, Alasdair (2002), “Conclusion: long conversations, concerning time, descent and place in the world”, *Monuments and Landscape in Atlantic Europe. Perception and Society During the Neolithic and Early Bronze Age* (ed. C. Scarre), London, Routledge, pp. 92-204.